



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
CURSO DE DIREITO

**O FUNRURAL
E A NOVA LEI N° 13.606/18**

Kátia Käfer

Lajeado, novembro de 2018

Kátia Käfer

**O FUNRURAL
E A NOVA LEI N° 13.606/18**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Dra. Cledi de Fátima Manica
Moscon

Lajeado, novembro de 2018

Kátia Käfer

**O FUNRURAL
E A NOVA LEI N° 13.606/18**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do curso de graduação em Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Bacharela em Direito:

Profa. Dra. Cledi de Fátima Manica Moscon – orientadora
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Profa. Msa. Loredana Gragnani Magalhães
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Lajeado, 04 de novembro de 2018.

Aos meus amados pais
João Antônio Käfer e
Angelita Käfer.

“Tenha em mente que tudo que você aprende na escola é trabalho de muitas gerações. Receba essa herança, honre-a, acrescente a ela e, um dia, fielmente, deposite-a nas mãos de seus filhos”.

(ALBERT EINSTEIN)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, com todo o meu amor, aos meus pais João Antônio e Angelita por dedicarem suas vidas à minha educação e, por muitas vezes, abdicarem de suas vontades em prol dos meus estudos. Se hoje estou aqui é por vocês dois que me ajudaram e incentivaram muito.

À minha irmã Kerlei, que sempre me deu forças e incentivos para que eu siga nos estudos e evolua profissional e intelectualmente. Pois, como ela sempre diz: “tem que ter alguém na família que estuda”.

Ao meu querido companheiro Marcelo J. Reis, pelo amor, carinho, compreensão, incentivo, paciência, pelo apoio incondicional em todas as minhas escolhas e por não medir esforços para que eu realize os meus sonhos que se unirão aos dele.

Aos meus avós, pois tenho a sorte de ter os quatro perto de mim e sei que sempre estou em suas orações para que eu vencesse esta etapa.

Aos meus amigos que, de uma ou outra forma, me apoiaram e torceram por mim em toda essa caminhada.

Por fim, e de forma muito especial, agradeço a minha orientadora, professora Cledi de Fátima Manica Moscon, pela dedicação e atenção despendidas, que foram de fundamental importância para a realização deste trabalho e pelo constante incentivo diante das dificuldades enfrentadas ao longo do caminho.

RESUMO

A presente monografia apresenta a nova lei referente ao parcelamento do FUNRURAL, a qual os produtores poderão utilizar para parcelarem débitos existentes nos últimos cinco anos. Débitos estes que surgiram pela consideração de inconstitucionalidade perante ao STF no ano de 2010 e desconsiderada em 2017. Para tal estudo, utilizei principalmente a letra da lei, premissas gerais do Direito Tributário e livros sobre FUNRURAL, para então chegar na análise da Lei nº 13.606/18. Por final, teremos algumas jurisprudências relevantes e dados comparativos entre como era e como ficou o tratamento do FUNRURAL perante os órgãos superiores.

Palavras-chave: Lei nº 13.606/18. Direito Tributário. Contribuição social. Tributos.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

| | |
|----------|--|
| § | Parágrafo |
| art. | Artigo |
| c/c | Combinado com |
| CF | Constituição Federal |
| CTN | Código Tributário Nacional |
| ed. | Edição |
| FGTS | Fundo de Garantia e Tempo de Serviço |
| FUNRURAL | Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural |
| GFIP | Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social |
| GPS | Guia da Previdência Social |
| IAPÍ | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IN | Instrução Normativa |
| INPS | Instituto Nacional de Previdência Social |

| | |
|----------|--|
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| ITR | Imposto Territorial Rural |
| MP | Medida Provisória |
| PDA | <i>Personal Digital Assistant</i> (Assistente Digital Pessoal) |
| PRR | Programa de Regularização Rural |
| PRORURAL | Programa de Assistência ao Trabalhador Rural |
| RAT | Riscos Ambientais de Trabalho |
| RE | Recurso Extraordinário |
| REsp. | Recurso Especial |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SAT | Seguro contra Acidentes de Trabalho |
| SEFIP | Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social |
| SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural |
| SSR | Serviço Social Rural |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| TRF1 | Tribunal Regional Federal da 1ª Região |
| TRF4 | Tribunal Regional Federal da 4ª Região |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 BENEFÍCIOS RURAIS..... | 13 |
| 2.1 O que é o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).... | 14 |
| 2.2 Conceito de FUNRURAL..... | 15 |
| 2.3 Evolução histórica do FUNRURAL..... | 15 |
| 2.4 Brasil rural: desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul..... | 23 |
| 3 FUNRURAL COMO TRIBUTO..... | 27 |
| 3.1 Espécies tributárias inseridas no FUNRURAL..... | 29 |
| 3.1.1 Impostos..... | 29 |
| 3.1.2 Contribuições sociais..... | 30 |
| 3.2 Sujeitos ativos e passivos da obrigação tributária do FUNRURAL..... | 31 |
| 3.2.1 Sujeito ativo do FUNRURAL..... | 32 |
| 3.2.2 Sujeito passivo do FUNRURAL..... | 33 |
| 3.2.3 Como nasce a obrigação tributária do FUNRURAL..... | 35 |
| 3.2.4 Fato gerador do FUNRURAL..... | 37 |
| 3.2.5 Base de cálculo do FUNRURAL..... | 38 |
| 3.2.6 Alíquotas referentes ao FUNRURAL..... | 40 |
| 3.3 Forma de lançamento do FUNRURAL..... | 43 |
| 4 MUDANÇAS OCORRIDAS NO FUNRURAL..... | 46 |
| 4.1 FUNRURAL como fonte de custeio..... | 46 |

| | |
|---|---------------|
| 4.2 FUNRURAL e sua (in)constitucionalidade..... | 47 |
| 4.3 A nova Lei nº 13.606/2018..... | 52 |
| 4.4 Dúvidas com a entrada em vigor da Lei nº 13.606/18..... | 55 |
| 4.5 Análise de jurisprudências no STF, referente ao FUNRURAL..... | 57 |
| 4.6 Análise de jurisprudências no TRF4, referente a Lei nº13.606/2018..... | 65 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 72 |
| REFERÊNCIAS..... | 74 |

1 INTRODUÇÃO

O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador (FUNRURAL) foi criado no ano de 1963, pela Lei nº 4.212, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Em 1971, a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1963, instituiu o Programa de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural.

Sendo assim, a presente monografia intitulada “O FUNRURAL E A NOVA LEI Nº 13.606/18”, traz como norte as modificações trazidas com a referida lei. Lei esta que vêm para modificar a porcentagem a ser paga, ou seja, de 2,5% para 1,5%, trazendo consigo, ainda, a possibilidade dos produtores rurais optarem por fazer um parcelamento dos valores que estão em aberto. Além de várias alterações, muitas dúvidas tem surgido para os produtores rurais, as quais tentaremos sanar ao longo da monografia.

Nesse sentido, o que podemos perceber é que a pesquisa em questão deseja demonstrar a importância da contribuição do FUNRURAL para a sociedade em geral. Para isso, optou-se pela pesquisa bibliográfica e como instrumento de pesquisa se utilizou da coleta de dados em livros, sites da internet, artigos e, principalmente, as leis que conduzem para auxiliar na construção deste trabalho monográfico.

A atual monografia é composta por três capítulos. O primeiro aborda o conceito de FUNRURAL, um breve histórico e o desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul. O segundo capítulo traz o FUNRURAL como tributo e suas características com a contribuição social. Já o terceiro e último capítulo, mas não

menos importante, apresenta o FUNRURAL como fonte de custeio, a inconstitucionalidade já superada e as mudanças e dúvidas ocorridas com a entrada em vigor da Lei nº 13.606/2018. Por fim, faremos, ainda, uma análise jurisprudencial referente ao assunto em questão.

2 BENEFÍCIOS RURAIS

As contribuições rurais se transformaram em grandes conquistas para toda a população rural, pois através delas começaram a existir direitos que antes não eram fornecidos.

Conforme Jane Berwanger¹, a proteção trabalhista e previdenciária para os trabalhadores do campo teve um aumento significativo no momento em que foram diminuindo os indivíduos da área rural. Isso é afirmado pela autora pelo fato de que, quando a população agrícola era predominante, as legislações eram precárias.

A autora apresenta a informação de que, somente no Rio Grande do Sul, mais de 500 mil pessoas são beneficiárias da Previdência Social (isso em 2009). As pessoas que se enquadraram nesta pesquisa foram os beneficiários da Lei nº 8.213/91, que incluiu quase a totalidade dos trabalhadores rurais na Previdência Social, com determinação da Constituição Federal de 1988, onde o destaque foi, principalmente, relacionado com a inclusão das mulheres nesse sistema, antes excluídas.

Os produtores rurais são elementos comuns a todos que se caracterizam como segurados especiais, conforme Jane Berwanger². Ou seja, todo produtor rural é considerado um segurado especial, sendo que a autora cita, ainda, a Lei nº 8.212/91, que classifica o segurado especial em seu art. 12, VII:

¹ BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **Segurado especial**: o conceito jurídico para além da sobrevivência individual. Curitiba: Juruá, 2013, p. 27.

² BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **Segurado especial**: o conceito jurídico para além da sobrevivência individual. Curitiba: Juruá, 2013, p. 149.

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

VII – como **segurado especial**: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ou (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008) (grifo meu).

Conforme referido por Jane Berwanger³: “No Brasil, o Direito do Trabalho nasceu regulando o trabalho agrícola”. O trabalho rural sempre foi muito utilizado desde antes do período feudal, pois, como é complementado por Castro⁴, “[...] pode-se destacar que o trabalho é tão antigo quanto o homem e este utilizava-se de suas mãos como instrumento da luta pela sobrevivência”.

2.1 O que é o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)

O FUNRURAL é a sigla dada ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural. Mas ele já recebeu diversas denominações e variadas formas de ser aplicado, como veremos ao longo da monografia.

Trata-se de uma contribuição que surgiu para que as pessoas trabalhadoras do campo possuísem alguma fonte de custeio se ocorresse algum problema e/ou enfermidade, estando, assim, amparadas caso ficassem paradas sem poderem exercer o seu ofício por determinado período. Como, por exemplo, caso se machucassem cortando cana, não poderiam fazer o serviço por um determinado tempo e, assim, não conseguiriam ajudar no sustento da casa.

É um percentual incidente sobre as suas comercializações, contribuindo com o governo para criar mecanismos para beneficiar todos os trabalhadores rurais.

³ BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **Segurado especial**: o conceito jurídico para além da sobrevivência individual. Curitiba: Juruá, 2013, p. 28.

⁴ CASTRO, Brunna Rafaely Lotife. **A Evolução histórica do Direito do Trabalho no Mundo e no Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://brunnalotife.jusbrasil.com.br/artigos/111925458/a-evolucao-historica-do-direito-do-trabalho-no-mundo-e-no-brasil>>. Acesso em: 03 set. 2018.

2.2 Conceito de FUNRURAL

O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214/63) criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural que, em 1969, passou a se chamar FUNRURAL, conforme Brumer⁵.

O FUNRURAL também pode ser chamado de Contribuição Social Rural, que “é uma contribuição social destinada a custear a seguridade (INSS) geral”⁶. Este tributo incide da cobrança sobre o bruto da venda rural, descontando-se a porcentagem correta pelo qual se adquirem produtos, no momento da comercialização.

O custeio do fundo era estabelecido através de uma contribuição de 1% sobre o valor da comercialização rural, recolhida pelo próprio produtor, mas acabou apresentando insuficiência de recursos para a prestação dos benefícios propostos (aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, pensão por morte, assistência à maternidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e assistência médica)⁷. Por esse motivo, acabou tendo que ser ampliado, tanto no seu valor (porcentagem), quanto nas contribuições, para que atingissem mais categorias de produtores.

2.3 Evolução histórica do FUNRURAL

Quanto ao surgimento do FUNRURAL, Liane e Carlos Birnfeld⁸ destacam que se pode fazer uma referência quase que pré-histórica. Ele teve como marco inicial a Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, que criou, junto ao Ministério da Agricultura, o Serviço Social Rural (SSR), uma entidade que tinha personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

⁵ BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. In: **Sociologias**, n. 7, 2002, p. 50–81.

⁶ SANTOS, Mauricio Barbosa dos; MANOEL, Ronildo da Conceição; MORENO, Fabrício. **A inconstitucionalidade do Funrural e sua restituição na prática**. São Paulo: RCN, 2010, p. 19.

⁷ BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil**: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. Brasília: IPEA, 2000, texto digital (Texto para Discussão, n. 759).

⁸ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 111.

O SSR, conforme os autores, tinha a característica de ser assistencial, tendo como objetivo principal a prestação de serviços sociais no meio rural para melhorar a vida da população em todos os aspectos, como vestuário, sanitário, saúde, educação, como forma de dar valor ao produtor rural e estabelecê-lo na terra.

Ainda, conforme Carlos e Liane Birnfeld⁹, para custear esses serviços foi criada uma contribuição de 3% (três por cento) sobre a soma paga mensalmente aos empregados que exerciam atividades industriais enumeradas no § 4º do art. 6º da Lei nº 2.613/55¹⁰ (revogado pelo Decreto Lei nº 1.146, de 1970), tais como: indústrias de açúcar, charqueadas, de laticínios, do mate, extração de fibras vegetais e descaroçamento do algodão, beneficiamento do café e do arroz, extração do sal, de madeira, resina e lenha, dos matadouros, dos frigoríficos rurais, de curtumes rurais e das olarias.

Antes disso, os contribuintes do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) estavam desobrigados da contribuição aos serviços sociais e de aprendizagem do comércio e da indústria, diferente do que acontece hoje.

Dessa maneira, Birnfeld e Birnfeld¹¹ relatam que:

[...] a contribuição que era devida por *todos os empregadores* aos institutos e caixas de aposentadoria e pensões foi acrescida de um adicional de 0,3% (três décimos por cento) *sobre o total dos salários pagos*, também destinados ao Serviço Social Rural. Mais tarde, por força da Lei 4.863/65, este percentual foi aumentado para 0,4%” (grifo dos autores).

As empresas que não estavam elencadas no art. 6º da referida lei contribuía para o SSR com 1% (um por cento) do montante e da remuneração mensal para os seus empregados. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 58/1966 designou-se um novo critério para a contribuição das empresas que exerciam as demais atividades rurais, entre elas, caso fossem contribuintes do ITR (Imposto Territorial

⁹ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 112.

¹⁰ Art. 6º. É devida ao S.S.R. a contribuição de 3% (três por cento) sobre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais adiante enumeradas:
§ 4º A contribuição devida por todos os empregadores aos institutos e caixas de aposentadoria e pensões é acrescida de um adicional de 0,3% (três décimos por cento) sobre o total dos salários pagos e destinados ao Serviço Social Rural, ao qual será diretamente entregue pelos respectivos órgãos arrecadadores.

¹¹ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 112.

Rural). Assim, teriam as suas contribuições calculadas na base de 1% do salário mínimo regional anual para cada módulo rural referente ao imóvel e seriam recolhidas juntamente com o ITR, explicam os autores¹².

Complementam que, finalmente, em 2 de março de 1963, com a criação da Lei nº 4.214, quando ainda se tinha na presidência João Goulart, é que efetivamente nascia o FUNRURAL, que na época foi chamado de “Estatuto do Trabalhador Rural”. Outrossim, fazem menção à essa nova contribuição em seu artigo 158, conforme segue:

Art. 158. Fica criado o “Fundo Assistência e Previdência do Trabalhador Rural”, que se constituirá de 1 % (um por cento) do valor dos produtos agropecuários colocados e que deverá ser recolhido pelo produtor, quando da primeira operação, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, mediante guia própria, até quinze dias daquela colocação.
 § 1º – Na hipótese de estabelecimento fabril que utilize matéria prima de sua produção agro-pecuária, arrecadação se constituirá de 1% (um por cento) sobre o valor da matéria-prima própria, que for utilizada,
 § 2º – Nenhuma empresa, pública ou privada, rodoviária, ferroviária, marítima ou aérea, poderá transportar qualquer produto agro-pecuário, sem que comprove, mediante apresentação de guia de recolhimento; o cumprimento do estabelecido neste artigo.

A partir desse momento é que surge no ordenamento uma contribuição social que incide sobre todos os produtos agropecuários. Quem fazia a cobrança da contribuição era o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

Essa contribuição serviria para pagar um conjunto de benefícios aos segurados, como segue:

[...] os trabalhadores rurais, aos colonos e parceiros, bem como pequenos proprietários rurais, empreiteiros, tarefeiros e as pessoas físicas, com menos de cinco empregados a seu serviço, que exercem atividades agropecuárias, bem como aos seus respectivos dependentes.¹³

Essa nova norma foi criada para o pagamento facultativo dos setores mais aquinhoados¹⁴ do meio rural, conforme informações trazidas por Birnfeld e Birnfeld.

Como exemplo temos:

¹² BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 112.

¹³ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 113.

¹⁴ Que recebeu seu quinhão.

[...] os proprietários em geral, os arrendatários, demais empregados rurais não enquadrados como segurados, bem como os titulares de firma individual, diretores, sócios, gerentes, sócios solidários, sócios quotistas, cuja a idade fosse, no ato da inscrição até cinquenta anos [...].¹⁵

Ainda, de acordo com Birnfeld e Birnfeld¹⁶, essas pessoas deveriam recolher uma contribuição de 8%, que incidisse em torno de três a cinco vezes sobre o salário mínimo vigente na época e isso faria com que eles e seus dependentes se tornassem segurados, conseguindo os mesmos benefícios. O rol dos serviços oferecidos aos segurados beneficiários envolvia a assistência à maternidade; auxílio doença; aposentadoria por invalidez ou velhice; pensão aos beneficiários em caso de morte; assistência médica e auxílio funeral.

Com o passar do tempo, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967, que alterou o artigo 158 da referida lei, onde aí sim incluiu o FUNRURAL:

Art. 158. Fica criado o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (**FUNRURAL**), **destinado ao custeio da prestação de assistência médico-social ao trabalhador rural e seus dependentes**, e que será constituído: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 276, de 1967) (Vide Decreto-lei nº 276, de 1967)

I - da **contribuição de 1% (um por cento), devida pelo produtor sobre o valor comercial dos produtos rurais**, e recolhida: (Incluído pelo Decreto-lei nº 276, de 1967)

a) pelo adquirente ou consignatário, que fica sub-rogado, para esse fim, em todas as obrigações do produtor; (Incluído pelo Decreto-lei nº 276, de 1967)

b) diretamente pelo produtor, quando ele próprio industrializar os produtos; (Incluído pelo Decreto-lei nº 276, de 1967)

II - **da contribuição a que se refere o art. 117, item II, da Lei número 4.504**, de 30 de novembro de 1964; (Incluído pelo Decreto-lei nº 276, de 1967)

III - dos juros de mora a que se refere o § 3º; (Incluído pelo Decreto-lei nº 276, de 1967)

IV - das multas aplicadas pela falta de recolhimento das contribuições devidas, no prazo previsto no § 3º, na forma que o regulamento dispuser.

§ 1º Entende-se como **produto rural o que provém da lavoura, da pecuária e da atividade extrativa em fonte vegetal ou animal**. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 276, de 1967)

§ 2º A contribuição de que trata o item I deste artigo **incidirá somente sobre uma transferência da mercadoria e recairá sobre o valor dos produtos em natureza, já beneficiados**, em estado de entrega ao mercado consumidor ou de transformação industrial. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 276, de 1967)

§ 3º As contribuições devidas ao FUNRURAL deverão ser recolhidas até o último dia do mês subsequente àquele a que se refiram, incorrendo as que forem recolhidas fora desse prazo em multa de 10% (dez por cento) e juros

¹⁵ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 113.

¹⁶ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 113.

de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das demais sanções fiscais previstas em lei. (Incluído pelo Decreto-lei nº 276, de 1967) (grifo dos autores).

Após este decreto, entraram em vigor diversas mudanças na legislação, todas criadas para a melhoria do FUNRURAL. A principal delas foi a assistência médico-social ao trabalhador rural e seus dependentes. O Decreto nº 61.554, de 17 de outubro de 1967 (revogado pelo Decreto de 10.5.1991), que regulamentou o FUNRURAL, trazia mais esclarecidas as finalidades da aplicação dos recursos, para que fossem feitas da melhor maneira.

No âmbito tributário, a melhor explicação sobre o FUNRURAL é que se manteve a mesma lógica: “uma alíquota de 1% incidente sobre todo universo da produção rural já preconizado pelo *Estatuto de Trabalhador Rural*” (grifo do autor)”, mas a inovação ocorreu com a inclusão do FUNRURAL no tríduo tributário, criado em 1953, que teria destinação ao Serviço Social Rural, o qual até então não tinha quem o comandasse, conforme observado pelos escritores Carlos e Aline Birnfeld¹⁷.

No início dos anos de 1970, quatro atribuições se transformaram em obrigatórias no FUNRURAL¹⁸:

- a) uma contribuição de 3% sobre a folha de salários para as empresas expressamente elencadas na norma de 1953;
- b) outra contribuição equivalente a 1% do salário mínimo regional, para cada módulo rural, para os empreendimentos agropecuários não enquadrados na contribuição de 3%;
- c) uma a contribuição devida por todos os empregadores aos sobre o total dos salários pagos, à uma alíquota de 0,4%; e
- d) uma contribuição de 1% (um por cento), incidente sobre a comercialização dos produtos rurais.

É apontado ainda por Birnfeld e Birnfeld¹⁹ que, em 31 de dezembro de 1970, na concepção de afirmar as três primeiras contribuições acima referidas, entrou em vigor o Decreto nº 1.146/1970²⁰, o qual, em seu artigo 2º, reduziu a alíquota da

¹⁷ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 113.

¹⁸ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 113.

¹⁹ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 113.

²⁰ Art. 2º A contribuição instituída no “caput” do artigo 6º da Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955, é reduzida para 2,5% (dois e meio por cento), a partir de 1º de janeiro de 1971, sendo devida sobre a soma da folha mensal dos salários de contribuição previdenciária dos seus empregados pelas pessoas naturais e jurídicas, inclusive cooperativa, que exerçam as atividades abaixo enumeradas:

contribuição de 3% para 2,5%, entrando em vigor em 1º de janeiro de 1971. Isto fez com que a incidência sobre a folha mensal dos pagamentos de contribuição previdenciária fosse cumprida, tanto para pessoas naturais e jurídicas, quanto para as cooperativas que exercessem atividades especificadas pela lei, concentrando a sua arrecadação no INPS (Instituto Nacional de Previdência Social).

Em 25 de maio de 1971, por força da Lei Complementar nº 11, foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), cujo objetivo “(...) era possibilitar ao trabalhador rural e seus dependentes o direito aos benefícios de aposentadoria por velhice e invalidez, pensão, serviço de saúde, dentre outros (...)”²¹.

Foi o momento em que o FUNRURAL ficou parado e acabaram por consolidá-lo a uma subordinação ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, com personalidade jurídica de natureza autônoma e com a finalidade de desenvolver o PRORURAL, que analisaremos mais adiante. Mais tarde, essa norma foi reparada pela Lei Complementar nº 16, de 30 de outubro de 1973, conforme Birnfeld e Birnfeld²².

Sendo complementado por Brumer²³, dentre muitas outras medidas, o PRORURAL:

[...] previa a aposentadoria por velhice e por invalidez para trabalhadores rurais maiores de 70 anos de idade, no valor de ½ salário mínimo; pensão, equivalente a 70% da aposentadoria, e auxílio funeral, para dependentes do beneficiário; serviços de saúde, incluindo assistência médico cirúrgico-hospitalar e tratamento odontológico; serviço social em geral. As mulheres só seriam beneficiadas diretamente caso fossem chefes de família (algo muito raro no Sul do Brasil) ou assalariadas rurais. A efetividade do

-
- I - Indústria de cana-de-açúcar;
 - II - Indústria de laticínios;
 - III - Indústria de beneficiamento de chá e de mate;
 - IV - Indústria da uva;
 - V - Indústria de extração e beneficiamento de fibras vegetais e de descaroçamento de algodão;
 - VI - Indústria de beneficiamento de cereais;
 - VII - Indústria de beneficiamento de café;
 - VIII - Indústria de extração de madeira para serraria, de resina, lenha e carvão vegetal;
 - IX - Matadouros ou abatedouros de animais de quaisquer espécies e charqueadas.

²¹ MASCHIETTO, Fabia; FARINELLI, Alessandro Menezes. **Como recuperar o FUNRURAL**: guia prático. Mundo Jurídico: São Paulo, 2010, p. 45.

²² BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 113.

²³ BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. In: **Sociologias**, n. 7, 2002, p. 50–81.

programa estava garantida, uma vez que a legislação que o criou também previu a forma de obtenção de recursos para sua implementação.

O FUNRURAL valeria a partir desse momento para os benefícios elencados a seguir, tanto para os trabalhadores rurais, quanto para seus dependentes:

[...] aposentadoria por velhice (50% do maior salário mínimo do país, devida a apenas um membro da família, chefe ou arrimo); aposentadoria por invalidez (nos mesmos termos da aposentação por velhice); pensão (30% do maior salário mínimo do país, percentual este em 1973 aumentada para 50%); auxílio funeral (um salário mínimo regional); serviço de saúde (prestados em regime de gratuidade total ou parcial segundo a renda familiar do trabalhador ou dependente) e serviços sociais.²⁴

Conforme Birnfeld e Birnfeld²⁵, essa norma incluía tanto o trabalhador rural pessoa física, que prestasse serviços de qualquer natureza a um empregador mediante uma remuneração, quanto o produtor proprietário ou não e sem empregados que exercesse a atividade rural, sozinho ou em economia familiar.

Para pagar estes benefícios, o artigo 15 desta norma demonstrou duas formas de custear o FUNRURAL até os anos de 1980, de acordo com os autores citados:

- a) uma contribuição de 2% (dois por cento) devida pelo produtor sobre o valor comercial dos produtos rurais, recolhida pelo adquirente, consignatário ou cooperativa (sub-rogados em todas as obrigações do produtor) ou pelo próprio produtor, quando ele mesmo industrializar seus produtos e vendê-los, no varejo, diretamente ao consumidor ou a adquirente localizado no exterior;
- b) a contribuição devida por *todos os empregadores sobre o total dos salários pagos*, à alíquota de 0,4%, referida no Art. 3º do Decreto-Lei 1146/1970.

O art. 15, § 1º da Lei Complementar nº 11 de 1971 deixou refinado o conceito de produto rural para:

[...] todo aquele que, não tendo sofrido qualquer processo de industrialização, provenha de origem vegetal ou animal inclusive as espécies aquáticas, ainda que haja sido submetido a beneficiamento, assim compreendidos os processos primários de preparação do produto para consumo imediato ou posterior industrialização, tais como descaroçamento, pilagem, descascamento, limpeza, abate o seccionamento de árvores, pasteurização, resfriamento, secagem, aferventação e outros do mesmo teor, estendendo-se aos subprodutos e resíduos obtidos através dessas operações a qualificação de produtos rurais.

²⁴ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 117.

²⁵ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 117.

Mais tarde, teve o surgimento do Decreto-lei nº 1.989²⁶, de 28 de dezembro de 1982, que iria fixar a contribuição a que se refere o artigo 5º do Decreto-lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, em 21% do valor de referência regional, para cada módulo fiscal atribuído, ressalvando ser a mesma devida apenas pelos que exercem atividades rurais em imóvel sujeito ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), em conformidade com Carlos e Liane Birnfeld²⁷.

Em 05 de outubro de 1988 surgiu a nova Constituição Federal, que trouxe em seu artigo 194 a seguridade social “como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Ainda, tendo em seu § único, incisos I e II, a universalidade da cobertura e do atendimento e a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

Com isso, afirmam severamente Birnfeld e Birnfeld, sobreveio a “morte” do FUNRURAL, que só não morreu de fato na época porque existiam dois dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que eram o artigo 34 que dizia que o sistema tributário entraria em vigor e seu § 5º onde ficava assegurada a legislação anterior, conforme segue:

Art. 34. O sistema tributário nacional entrará em vigor a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da Constituição, mantido, até então, o da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda n.º 1, de 1969, e pelas posteriores.

[...].

§ 5º Vigente o novo sistema tributário nacional, fica assegurada a aplicação da legislação anterior, no que não seja incompatível com ele e com a legislação referida nos §§ 3º e 4º.

Mas, antes mesmo que se falasse na constitucionalidade do FUNRURAL, entrou em vigor a Lei nº 7.787, de 30 de junho de 1989, que teria, segundo Carlos e Liane Birnfeld²⁸, “decretado formalmente a morte do mesmo”, conforme o seguinte artigo:

²⁶ Art. 1º - A contribuição a que se refere o artigo 5º do Decreto-lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, passa a ser fixada em 21% (vinte e um por cento) do valor de referência regional, para cada módulo fiscal atribuído ao respectivo imóvel de conformidade com o artigo 50, § 2º, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a redação dada pela Lei nº 6.746, de 10 dezembro de 1979.

²⁷ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 118.

²⁸ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 118.

Art. 3º.

[...].

§1º A alíquota de que trata o inciso I abrange as contribuições para o salário-maternidade, para o abono anual e para o **PRORURAL, que ficam suprimidos a partir de 1º de setembro**, assim como a contribuição básica para a Previdência Social (grifo dos autores).

Isso porque, de acordo com Carlos e Liane Birnfeld²⁹, as contribuições do PRORURAL são as mesmas do FUNRURAL. O FUNRURAL teria “falecido” em 31 de agosto de 1989, sem deixar herdeiros após ter sobrevivido por 26 anos, tendo passado pelo governo militar, a abertura e a campanha pelas diretas e ter visto a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Mas essa não foi a realidade ocorrida após esse dia, pois o FUNRURAL continuou sendo cobrado. E, então, a partir de 09 de janeiro de 2018 com a entrada em vigor da Lei nº 13.606/18, a alíquota do FUNRURAL foi reduzida de 2,5%, para 1,5%, ou seja, ficou assim definida, “1,2% para a Previdência Social, 0,1% Riscos Ambientais do Trabalho – RAT e 0,2% Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR”.

2.4 Brasil rural: desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul

Marinês Zandavali Grando³⁰ afirma: “O Censo Agropecuário, vem a ser a maior fonte de dados primários para análise da agricultura brasileira”.

O último censo agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE³¹ ocorreu em 2017, mas seus resultados agrários, que seriam apresentados até maio do corrente ano (2018), ainda não foram divulgados até o momento. Contudo, algumas informações preliminares, demonstrando os resultados do levantamento feito com as pessoas que foram entrevistadas em determinados locais e serviços na área rural, estão publicados em formato de gráficos no site do

²⁹ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 119.

³⁰ GRANDO, Marinês Zandavali. **Um retrato da agricultura familiar**. Porto Alegre, 2011, texto digital. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/tesdes/um-retrato-da-agricultura-familiar-gaucha/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

³¹ **Censo Agropecuário, 2006, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. ISSN 0103-6157 Censo agropec., Rio de Janeiro, p. 1-777, 2006.

IBGE. Por este motivo, teremos que nos basear no primeiro censo agropecuário que ocorreu em 2006, ou seja, há bastante tempo.

De acordo com o IBGE, existem muitos novos dados a serem coletados, por isso, somente no ano de 2017 resolveram fazer um novo censo.

Conforme foi apresentado no censo de 2006, o Brasil rural teve grandes avanços que, certamente, serão confirmados com a divulgação do novo censo, pois a cada ano surgem mais equipamentos para a melhoria do trabalho no campo, fazendo com que muitos agricultores se animem em continuar no meio rural.

Teve um tempo que muitos agricultores não queriam continuar trabalhando na área rural pelas más condições de trabalho, pelo mau desempenho dos maquinários e pelo pouco reconhecimento do trabalho exercido.

Mas, com as melhorias trazidas, como melhores condições de financiamentos para a compra dos implementos agrícolas, muitas pessoas, que já eram agricultores, acabaram voltando para o trabalho rural.

O trabalho agrícola, quando é bem recompensado, gera muitos frutos, tanto para os que produzem quanto para os que “colhem” nos supermercados e feiras.

As pessoas não se dão conta da importância do trabalho rural. Sem os agricultores e sem a pecuária, não teremos carnes, leite, frutas e legumes. É um trabalho que deve sempre ser valorizado.

De acordo com a pesquisa demonstrada pelo IBGE para o Censo de 2006, as informações foram obtidas e registradas nos questionários eletrônicos instalados nos computadores de mão (*Personal Digital Assistant* - PDA) de cada recenseador capacitado a registrar, armazenar e transmitir os dados coletados para o Banco de Dados do IBGE.

Para a época, ter um equipamento tão moderno facilitou muito a pesquisa de campo, como é comentado pelo IBGE - 2006:

[...] Este equipamento digital permitiu a introdução de rotinas de críticas de alguns dados, no exato momento de seu preenchimento e inserção de saltos automáticos de quadros e questões, de acordo com o perfil do estabelecimento agropecuário, identificado a partir das respostas

registradas, contribuindo para garantir uma melhor qualidade na coleta das informações, bem como um maior detalhamento de algumas variáveis específicas, conforme a realidade encontrada no campo.³²

Isso porque são diversos produtos e muitos têm perdas por serem perecíveis, o que imprecisa a pesquisa, mas que não deixa de ter uma significativa resposta ao que está sendo desenvolvido.

Destacando-se dentro do Brasil, no Rio Grande do Sul temos alguns dados a serem apresentados conforme os resultados preliminares do censo agropecuário de 2017.

Censo “que nos permite conhecer os estabelecimentos agropecuários e os trabalhadores rurais, bem como quantificar o que é produzido na lavoura, na pecuária e também na agroindústria”.³³ Conforme segue:

- 21,7 milhões de hectares, onde existem 365 mil estabelecimentos agropecuários;
- 95 mil estabelecimentos agropecuários cultivam a soja. A produção estadual foi de 17 milhões de toneladas;
- 9 milhões de toneladas são de arroz em casca produzidos em 9 mil estabelecimentos agropecuários;
- Porcentagem da utilização das terras: nas lavouras 1,2% (nas permanentes) e 35% (nas temporárias); nas pastagens 34,7% (naturais) e 7,6% (plantadas); matas 13,2% (naturais) e 4,2% (plantadas);
- 182 mil toneladas de produção de pêssego em 6,4 milhões de pés colhidos;
- 12,8 mil estabelecimentos produziram 769 mil toneladas de uva para vinho e suco;
- 11,4 milhões efetivo de bovinos;

³² **Censo Agropecuário, 2006, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** ISSN 0103-6157 Censo agropec., Rio de Janeiro, p. 1-777, 2006.

³³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário, 2006/2017. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultadospreliminares/riograndedosul.html>>. Acesso em: 02 set. de 2018.

- 159 milhões de cabeças de aves (galinhas, galos, frangas e frangos); a produção de ovos atingiu 376 milhões de dúzias;
- 984 mil pessoas ocupadas em atividades agropecuárias.

Em comparação com o ano de 2017 temos os seguintes dados do censo agropecuário de 2006 apresentados por Marinês Zandavali Grando³⁴:

Foram identificados, no Estado, 378.546 estabelecimentos familiares em 2006, conforme a Tabela A.1 do **Apêndice**. Eles ocupavam 6,172 milhões de hectares, distribuídos na proporção de 39,8% em lavouras temporárias e 3,5% em lavouras permanentes. As pastagens naturais representavam 27,6% da área ocupada, e as matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 5,0% [...]. Segundo essa classificação de uso da terra, a participação da agricultura familiar na superfície estadual da lavoura temporária foi de 38,7% e, na superfície estadual da lavoura permanente, de 73,2%. A participação na área estadual de pastagem natural foi de 20,6%, e de 27,7% e 22,2% em pastagens plantadas degradadas e em pastagens plantadas em boas condições respectivamente. Destaca-se, também, a participação que variou de 25,2% a 44,6% em relação às matas e/ou florestas estaduais (Conforme Tabela 1).

Naquela época, o tamanho das terras utilizadas eram deveras menores, tanto que nem podemos fazer grandes comparações, pelo fato de muita coisa ter melhorado nesse tempo. Como exemplo, temos a melhoria dos maquinários que auxiliam muito na grande produtividade das safras.

Com os dados apresentados pelo Censo Agropecuário 2017 temos uma certeza, qual seja, de que o nosso Estado está produzindo grande quantidade de produtos de qualidade que servem não só o Rio Grande do Sul, como para outros Estados do Brasil.

³⁴ GRANDO, Marinês Zandavali. **Um retrato da agricultura familiar**. Porto Alegre, 2011, texto digital. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/teses/um-retrato-da-agricultura-familiar-gaucha/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

3 FUNRURAL COMO TRIBUTO

O Código Tributário Nacional (CTN) assim define tributo:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Conforme definição do código, tributo é toda prestação pecuniária compulsória que, segundo Carvalho³⁵, significa dizer que a prestação da obrigação se dá em dinheiro e que se deve afastar qualquer cogitação de voluntariedade.

Ou seja, o autor aponta que a prestação independe da vontade do sujeito passivo, que deve efetivá-la, ainda que contra seu interesse. Resumindo, concretizado o fato previsto na norma jurídica, eis que nasce o elo ao qual alguém ficará adstrito ao comportamento obrigatório de uma prestação pecuniária.

Difini³⁶ conceitua tributos dessa forma:

Tributos são prestações obrigatórias, em espécie, exigidas pelo Estado, em função de seu poder de império, sem caráter sancionatório. Normalmente visam à finalidade fiscal: obter os recursos necessários para o regular funcionamento do Estado. Modernamente, porém, a isso se agrega finalidade extrafiscal: estimular (ou desestimular) certas atividades, como forma de intervenção do Poder Público no domínio econômico.

O que prepondera, atualmente, é a aceitação de cinco espécies do gênero tributo: impostos, taxas, contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as demais contribuições, abrangidas pelas contribuições especiais elencadas no

³⁵ CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 29. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 58.

³⁶ DIFINI, Luiz Felipe Silveira. **Manual de Direito Tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 17.

artigo 149 da CF/88 e contribuições para a seguridade social dispostas no artigo 195 da CF/88, com destaque para os seus parágrafos, que fazem parte do assunto que será apresentado a seguir:

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do *caput*, serão não-cumulativas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (grifo meu)

Nos parágrafos acima encontra-se um breve resumo do que vai se tratar na Lei nº 13.606/2018, pois ela reafirmará o que a CF/88 já confirmou, o poder do produtor rural, incluído na seguridade social, ao direito de parcelamento, sendo assegurado pelas contribuições sociais.

O assunto que será abordado ao longo deste capítulo será principalmente o FUNRURAL como sendo uma contribuição social, com todas as suas peculiaridades na forma de tributo.

3.1 Espécies tributárias inseridas no FUNRURAL

Como já citado anteriormente, existem cinco espécies tributárias na CF/88 e elas são: os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as demais contribuições, abrangidas pelas contribuições especiais e contribuições para a seguridade social.

Mas, o que nos interessa neste capítulo é definir principalmente o que é imposto e as contribuições sociais, entre as quais se insere o FUNRURAL como sendo uma delas.

3.1.1 Impostos

Os impostos são uma espécie de tributo que tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, a teor do que prescreve o artigo 16 do CTN, conforme segue: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

Conforme Sabbag³⁷, o imposto “é tributo não ligado à atividade estatal, ou seja, refere-se à atividade do particular, estando limitado ao âmbito privado do contribuinte.” Ele continua explicando que basta a realização do fato gerador para que se tenha a geração da obrigação tributária e posterior recolhimento do imposto.

Complementa Alexandre³⁸ que “os impostos são, por definição, tributos não vinculados que incidem sobre manifestações de riqueza do sujeito passivo

³⁷ SABBAG, Eduardo. **Código Tributário Nacional Comentado**. 1. ed. São Paulo: Método, 2017, p. 180.

³⁸ ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário**. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 58.

(devedor). Justamente por isso, o imposto se sustenta sobre a ideia da solidariedade social”.

Com esta descrição, temos como afirmar que o FUNRURAL não é um imposto, mas uma contribuição que deve ser destacada e cobrada sempre que houver a comercialização de uma mercadoria com nota de produtor rural, sendo ele pessoa física ou jurídica.

Uma definição importante que se faz é que o imposto é cobrado de maneira que não existe a comprovação de que você receberá diretamente algum benefício de volta. O que é feito com o dinheiro arrecado com os impostos é repartido entre todos os cidadãos em forma de melhoria de estradas, por exemplo.

3.1.2 Contribuições sociais

As contribuições destinadas ao financiamento da seguridade social, que, por sua vez, compreendem a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde estão previstas nos parágrafos 8º, 9º, 12 e 13 do artigo 195 da Lei Maior.

Dentro das contribuições sociais tratadas no artigo 195 da CF/88 está inserido o FUNRURAL. O FUNRURAL não está descrito no artigo acima, mas faz parte da previdência social, da assistência social e da saúde dos produtores rurais.

Para Alexandre³⁹, “as contribuições sociais são a primeira das subespécies de contribuições especiais” e, por este motivo, salienta que a União só as utiliza quando quer conseguir recursos tributários para a área social.

Sabbag⁴⁰ complementa que as contribuições sociais “são as mais relevantes contribuições, tanto no que tange ao volume de arrecadação, quanto no que concerne à importância acadêmica”.

³⁹ ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário**. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 92.

⁴⁰ SABBAG, Eduardo. **Código Tributário Nacional Comentado**. 1. ed. São Paulo: Método, 2017, p.14-15.

Conforme o autor, existem as “contribuições sociais gerais” que são de competência da União e se sujeitam ao regime constitucional tributário. São instituídas por leis ordinárias e seguem o princípio da anterioridade comum.

Portanto, o FUNRURAL é uma contribuição social, pois o seu recolhimento promove programas de ajuda ao produtor rural. Ou seja, contribuindo com o FUNRURAL, você tem a certeza de que terá algum benefício retornando diretamente para o povo rural.

3.2 Sujeitos ativos e passivos da obrigação tributária do FUNRURAL

Os produtores rurais são pessoas físicas ou jurídicas obrigadas a recolher a contribuição previdenciária rural. É importante ressaltar que o FUNRURAL é devido pela empresa que solicita a contribuição na condição de adquirente de produtos rurais e se sub-roga nas obrigações dos produtores, passando a recolher a referida contribuição social, consoante expressa determinação dos artigos 128 e 131 do Código Tributário Nacional, que dispõe:

Art. 128 – Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Art. 131. São pessoalmente responsáveis:

- I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos; (Redação dada pelo Decreto Lei nº 28, de 1966)
- II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;
- III - o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

A definição da responsabilidade pelo recolhimento das contribuições incidentes sobre a comercialização da produção rural está descrita na seção VII, no artigo 184 da IN 971/2009, conforme segue:

Art. 184. As contribuições sociais incidentes sobre a receita bruta oriunda da comercialização da produção são devidas pelo produtor rural, sendo a responsabilidade pelo recolhimento:

- I - do produtor rural, pessoa física, e do segurado especial, quando comercializarem a produção diretamente com:**
 - a) adquirente domiciliado no exterior (exportação), observado o disposto no art. 170;**

- b) consumidor pessoa física, no varejo;
- c) outro produtor rural pessoa física;
- d) outro segurado especial;
- II - do produtor rural pessoa jurídica, quando comercializar a própria produção rural;
- III - da agroindústria, exceto a sociedade cooperativa e a agroindústria de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e a de avicultura, quando comercializar a produção própria ou a produção própria e a adquirida de terceiros, industrializada ou não, a partir de 1º de novembro de 2001; (grifo meu)

Portanto, são contribuintes o segurado especial, pessoa física, o empregador rural e a agroindústria.

3.2.1 Sujeito ativo do FUNRURAL

O sujeito ativo, conforme o artigo 119 do CTN, “é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento”.

Conforme Eduardo Sabbag⁴¹, “o sujeito ativo ocupa o lado credor da relação intersubjetiva tributária, sendo representado pelos entes que devem realizar a retirada dos valores a título de tributo”, sendo estas pessoas jurídicas de direito público competentes para exigirem o tributo.

O doutrinador Amaro⁴² aponta que a competência tributária é indelegável, ou seja, o destinatário da competência pode não realizá-la ou exercê-la parcialmente, mas em momento algum repassar a competência que lhe é entregue.

Tendo, assim, efeito o artigo 7º do CTN:

Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.⁴³

⁴¹ SABBAG, Eduardo. **Código Tributário Nacional Comentado**. 1. ed. São Paulo: Método, 2017, p. 331.

⁴² AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 123.

⁴³ O art. 7º do CTN faz referência à Constituição Federal de 1946, cujo texto não foi reproduzido pela Constituição atual, mas sem prejudicar o preceito legal.

Nesta ideia, Machado⁴⁴ explica que o sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa com capacidade tributária, bem como a que tem a qualidade de investir na instituição dos tributos, ou seja, dotada de competência tributária e com qualidade para aplicar tributos.

Chimenti⁴⁵ leciona que a capacidade tributária é a “capacidade de administrar, fiscalizar e arrecadar um tributo; é exercida por aquele a quem a lei atribuiu legitimidade para ser sujeito ativo da relação de tributação”.

Sabbag⁴⁶ cita os dois tipos de sujeitos ativos:

- a) Sujeito ativo direto: entidades tributantes que detêm o poder de legislar em matéria tributária (União, Estados, Municípios e DF);
- b) Sujeitos ativos indiretos: entidades parafiscais (vos indiretos: entidades parafiscais (CRM, CRC, CROSP etc.), os quais detêm o poder arrecadatário e fiscalizatório (capacidade tributária ativa).

O sujeito ativo, portanto, em relação ao FUNRURAL, é aquele que tem o poder para instituir os tributos, ou seja, é aquele que tem direito de legislar sobre o tributo. Nele se enquadra a União, que possui os poderes de legislar sobre a previdência social.

3.2.2 Sujeito passivo do FUNRURAL

O “sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária”, conforme o artigo 121 do CTN.

Ou seja, “o sujeito passivo ocupa o lado devedor da relação intersubjetiva tributária, mostrando-se como destinatário da cobrança do tributo”, conforme apresenta Sabbag⁴⁷.

⁴⁴ MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31. ed. Malheiros: São Paulo, 2010, p. 148.

⁴⁵ CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Tributário: com anotações sobre Direito Financeiro, Direito Orçamentário e Lei de Responsabilidade Fiscal**. 15. ed. 2. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 20.

⁴⁶ SABBAG, Eduardo. **Código Tributário Nacional Comentado**. 1. ed. São Paulo: Método, 2017, p. 331.

⁴⁷ SABBAG, Eduardo. **Código Tributário Nacional Comentado**. 1. ed. São Paulo: Método, 2017, p.332.

Alexandre⁴⁸ completa com a ideia de que o sujeito passivo será aquele que estará obrigado a pagar o tributo (art. 121, CTN), mas que no art. 122 do CTN temos os sujeitos passivos que são obrigados às prestações de fazer ou não fazer, isso nas obrigações acessórias.

Conforme dados de uma tabela apresentada por Mendes⁴⁹, ele aponta claramente os tipos de sujeitos passivos, classificados como contribuintes, juntamente com as suas materialidades. Suas definições são norteadas pela Lei nº 8.212/91, citando partes do artigo 12, conforme segue:

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

V - como contribuinte individual: (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).

a) a pessoa física, proprietária ou não, **que explora atividade agropecuária**, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 10 e 11 deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

1. **agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais;** ou (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

b) **pescador artesanal ou a este assemelhado**, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

c) **cônjuge ou companheiro**, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

Mendes⁵⁰ complementa com as agroindústrias, entendidas como pessoas jurídicas, firmas individuais ou sociedade empresária, que exercem alguma atividade econômica correspondente à industrialização de produção própria ou adquirida de terceiros conforme art. 22-A c/c art. 15, I, ambos do Lei nº 8.212/91:

⁴⁸ ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário**. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 352.

⁴⁹ MENDES, Puttini Pedro. **“Funrural” explicado e descomplicado em 2018**. Disponível em: <<https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/47804/%E2%80%9Cfunrural%E2%80%9D-explicado-e-descomplicado-em-2018.htm>>. Acesso em: 23 set. 2018.

⁵⁰ MENDES, Puttini Pedro. **“Funrural” explicado e descomplicado em 2018**. Disponível em: <<https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/47804/%E2%80%9Cfunrural%E2%80%9D-explicado-e-descomplicado-em-2018.htm>>. Acesso em: 23 set. 2018.

Art. 22-A. A contribuição devida pela agroindústria, definida, para os efeitos desta Lei, como sendo o produtor rural pessoa jurídica cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção, em substituição às previstas nos incisos I e II do art. 22 desta Lei, é de: (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

I - dois vírgula cinco por cento destinados à Seguridade Social; (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

II - zero vírgula um por cento para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade para o trabalho decorrente dos riscos ambientais da atividade. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

Art. 15. Considera-se:

I - **empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não**, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional; (grifo meu)

Há, ainda, o consórcio simplificado de produtores rurais, que Mendes⁵¹ entende como sendo uma união de produtores rurais, pessoas físicas, que outorgam poderes a um deles para contratar, gerir e demitir trabalhadores para a prestação de serviços aos seus integrantes, mediante documentos registrados em cartórios de títulos e documentos que exercem atividades econômicas rurais com fins lucrativos.

Art. 25-A. Equipara-se ao empregador rural pessoa física **o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas**, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

Esse consórcio simplificado é conhecido como condomínio rural.

3.2.3 Como nasce a obrigação tributária do FUNRURAL

“O objetivo primordial do direito é ordenar a vida social, disciplinando o comportamento dos seres humanos, nas suas relações de intersubjetividade”, conforme afirmado por Carvalho⁵².

⁵¹ MENDES, Puttini Pedro. “**Funrural**” **explicado e descomplicado em 2018**. Disponível em: <<https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/47804/%E2%80%9Cfunrural%E2%80%9D-explicado-e-descomplicado-em-2018.htm>>. Acesso em: 23 set. 2018.

⁵² CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 29. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 306.

Amaro⁵³ apresenta que o conceito de obrigação tributária não se diferencia do atribuído ao direito obrigacional comum, mas se particulariza em termos de objeto, que será sempre uma prestação de natureza tributária, ou seja, um dar, fazer, ou não fazer de conteúdo relacionado com um tributo.

A obrigação tributária nasce de fato, previamente prevista, com a tendência, embasada em lei, de gerar aquela obrigação, conforme é ensinado por Amaro⁵⁴, que expõe, ainda, que o nascimento da obrigação tributária independe de manifestação de vontade do sujeito passivo, ou seja, o vínculo obrigacional tributário retira a vontade do obrigado.

Paulsen⁵⁵ contribui dizendo que “a lei, ao instituir determinado tributo, estabelece a *hipótese de incidência*, ou seja, a previsão abstrata da situação a que atribui efeito jurídico de gerar obrigação de pagar” (grifo do autor).

O CTN divide a obrigação tributária em principal e acessória. Como veremos:

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Simplificando, Machado⁵⁶ apresenta que só há obrigações acessórias porque existem as principais. Ou seja, todo o conjunto de obrigações acessórias existem com o fim de possibilitar o cumprimento das obrigações principais. E, ainda:

A obrigação acessória, portanto, tem o objetivo de viabilizar o controle dos fatos relevantes para o surgimento de obrigações principais. Justifica-se, assim, sejam qualificadas como acessórias, posto que somente existem em razão de outras obrigações, ditas principais.

⁵³ AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 271.

⁵⁴ AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 272.

⁵⁵ PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 137.

⁵⁶ MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31. ed. Malheiros: São Paulo, 2010, p. 131.

Machado⁵⁷ finaliza afirmando que as fontes da obrigação tributária são a lei e o fato gerador, sendo a primeira fonte formal; e a segunda, material; ambas, indispensáveis.

Desse modo, a obrigação tributária no FUNRURAL ocorre, por exemplo, quando:

[...] um fabricante de laranja pessoa física comercializar sua produção com uma empresa dentro do país, o responsável pelo recolhimento será a empresa que está adquirindo o produto, devendo fazer a retenção do valor na nota fiscal. Agora, se esse mesmo fabricante vender sua produção para uma pessoa física, ele mesmo era o responsável pelo recolhimento.⁵⁸

Ou seja, em cada caso existe um responsável pelo recolhimento. E este responsável deve arcar com as suas funções no sistema que está inserido.

3.2.4 Fato gerador do FUNRURAL

O fato gerador está elencado no capítulo II do CTN, sendo composto pelos artigos 114 a 118, juntamente com seus incisos. Seu estudo é um dos principais do Direito Tributário, pois a primeira pergunta que é feita quando há incidência de um tributo é: qual o fato gerador?

No artigo 114 do CTN temos que o “fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência”.

Está previsto no artigo 115 do CTN que o “fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal”.

Amaro⁵⁹ salienta:

[...] tanto a obrigação principal quanto a obrigação acessória “decorrem de legislação tributária”, e ambas supõem, para nascerem, que ocorra o pressuposto de fato legalmente definido (fato gerador). Ou seja, em ambos

⁵⁷ MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31. ed. Malheiros: São Paulo, 2010, p. 131.

⁵⁸ E-AUDITORIA. **De quem é a obrigação pelo recolhimento do FUNRURAL?** Disponível em: <<http://www.e-auditoria.com.br/publicacoes/artigos/de-quem-e-obrigacao-pelo-recolhimento-do-funrural/>> Acesso em: 17 set. 2018

⁵⁹ AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 276.

os casos, requer-se a ocorrência de um fato (legalmente qualificado) para surgir o dever jurídico (do sujeito passivo) de prestar algo (dar, fazer ou não fazer) em proveito do sujeito ativo, podendo esse dever jurídico ter por objeto dar ao sujeito ativo uma quantia em dinheiro ou de outro modo satisfazê-lo, para atender ao seu interesse de fiscalizar e de arrecadar as prestações que lhe sejam devidas.

O fato gerador da obrigação principal do FUNRURAL é a comercialização de produtos rurais efetuada pelo produtor rural, conforme aponta o artigo 166 da IN nº 971/2009 da Receita Federal:

Art. 166. O fato gerador das contribuições sociais ocorre na comercialização:

I - da produção rural do produtor rural pessoa física e do segurado especial realizada diretamente com:

- a) adquirente domiciliado no exterior (exportação), observado o disposto no art. 170;
- b) consumidor pessoa física, no varejo;
- c) adquirente pessoa física, não-produtor rural, para venda no varejo a consumidor pessoa física;
- d) outro produtor rural pessoa física;
- e) outro segurado especial;
- f) empresa adquirente, consumidora, consignatária ou com cooperativa;

II - da produção rural do produtor rural pessoa jurídica, exceto daquele que, além da atividade rural, exerce atividade econômica autônoma do ramo comercial, industrial ou de serviços, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 175;

III - da produção própria ou da adquirida de terceiros, industrializada ou não, pela agroindústria, exceto quanto às sociedades cooperativas e às agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e a de avicultura, a partir de 1º de novembro de 2001.

Parágrafo único. O recebimento de produção agropecuária oriunda de outro país, ainda que o remetente seja o próprio destinatário do produto, não configura fato gerador de contribuições sociais.

A instrução normativa salienta em seu único parágrafo que qualquer produção que venha de outro país não será considerado fato gerador, mesmo que o remetente seja o próprio destinatário.

3.2.5 Base de cálculo do FUNRURAL

A base de cálculo, segundo Machado⁶⁰, “é a expressão econômica do fato gerador. Há de estar contida na norma que descreve a hipótese de incidência tributária. Assim quando a lei institui um tributo, há de se referir a uma realidade economicamente quantificável”.

⁶⁰ MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31. ed. Malheiros: São Paulo, 2010, p.142.

Carvalho⁶¹ conceitua a base de cálculo nas seguintes palavras:

[...] a base de cálculo é a grandeza instituída na consequência da regra-matriz tributária, e que se destina, primordialmente, a dimensionar a intensidade do comportamento incerto do núcleo do fato jurídico, para que, combinando-se à alíquota, seja determinado o valor da prestação pecuniária.

O autor refere que a base de cálculo possui três funções: medir as proporções do fato; compor a determinação da dívida e, ainda, afirmar o critério material da descrição contida no antecedente da norma.

A base de cálculo, conforme Machado⁶², é muito importante porque é através dela que se pode identificar o tributo de que se está cuidando. Além disso, é essencial para a quantificação do tributo sobre o qual se aplica a alíquota, para ter como resultado o valor do tributo equivalente.

O FUNRURAL possui como base de cálculo, conforme o art. 171 da IN RFB nº 971/2009:

Art. 171. A base de cálculo das contribuições sociais devidas pelo produtor rural é:

I - o valor da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção e dos subprodutos e resíduos, se houver;

II - o valor do arremate da produção rural;

III - o preço de mercado da produção rural dada em pagamento, permuta, ressarcimento ou em compensação, entendendo-se por:

a) preço de mercado, a cotação do produto rural no dia e na localidade em que ocorrer o fato gerador;

b) preço a fixar, aquele que é definido posteriormente à comercialização da produção rural, sendo que a contribuição será devida nas competências e nas proporções dos pagamentos;

c) preço de pauta, o valor comercial mínimo fixado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios para fins tributários.

§ 1º Considera-se receita bruta o valor recebido ou creditado ao produtor rural pela comercialização da sua produção rural com adquirente ou consumidor, pessoas físicas ou jurídicas, com cooperativa ou por meio de consignatário, podendo, ainda, ser resultante de permuta, compensação, dação em pagamento ou ressarcimento que represente valor, preço ou complemento de preço.

§ 2º Na hipótese da documentação não indicar o valor da produção dada em pagamento, em ressarcimento ou em compensação, tomar-se-á como base de cálculo das contribuições o valor da obrigação quitada.

⁶¹ CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 29. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 343.

⁶² MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31. ed. Malheiros: São Paulo, 2010, p. 143.

Ou seja, a base de cálculo do FUNRURAL é proveniente da comercialização da sua produção.

3.2.6 Alíquotas referentes ao FUNRURAL

A alíquota, conforme Machado⁶³, significa, na linguagem dos matemáticos, a “*parte ou quantidade que está contida em outra em número exato de vezes*”. Mas ele também apresenta que essa pode significar relação entre todo e parte. No Direito Tributário, o jurista nos traz a informação de que ela “tem sido utilizada geralmente para indicar o *percentual* aplicado sobre a base de cálculo para determinar-se o valor do tributo” (grifos do autor).

Mendes⁶⁴ traça de forma fácil cada alíquota inserida, como veremos a seguir. O autor aduz que, na condição de contribuinte individual, pessoa física e segurado especial, agroindústria e consórcio simplificado de produtores rurais, terão a alíquota de 1,2% do FUNRURAL destinada a Seguridade Social, mais 0,1%, destinado ao RAT/SAT (Riscos ambientais de trabalho/Seguro contra acidentes de trabalho), calculados sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção (art. 25, I e II, da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela Lei nº 13.606/18).

Uma observação que é feita por Mendes⁶⁵ é de que a pessoa física que explora atividade agropecuária em área superior, igual ou inferior a 4 módulos fiscais ou atividade pesqueira, se tiverem empregados ou prepostos, terão, nestes casos, a obrigação ao pagamento da alíquota de 20% sobre o salário-de-contribuição ou 11% sobre o salário-de-contribuição. Isso, desde que opte pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição como demonstra o art. 21, caput e § 2º, I, c/c art. 25 § 2º, ambos da Lei nº 8.212/91:

⁶³ MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31. ed. Malheiros: São Paulo, 2010, p. 143.

⁶⁴ MENDES, Puttini Pedro. “**Funrural**” **explicado e descomplicado em 2018**. Disponível em: <<https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/47804/%E2%80%9Cfunrural%E2%80%9D-explicado-e-descomplicado-em-2018.htm>>. Acesso em: 23 set. 2018.

⁶⁵ MENDES, Puttini Pedro. “**Funrural**” **explicado e descomplicado em 2018**. Disponível em: <<https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/47804/%E2%80%9Cfunrural%E2%80%9D-explicado-e-descomplicado-em-2018.htm>>. Acesso em: 23 set. 2018. Ibidem, 2018, texto digital.

Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).

§ 2º No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de: (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

- 11% (onze por cento), no caso do segurado contribuinte individual, ressalvado o disposto no inciso II, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado e do segurado facultativo, observado o disposto na alínea b do inciso II deste parágrafo; (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)

Art. 25. A contribuição do empregador rural pessoa física, em substituição à contribuição de que tratam os incisos I e II do art. 22, e a do segurado especial, referidos, respectivamente, na alínea a do inciso V e no inciso VII do art. 12 desta Lei, destinada à Seguridade Social, é de: (Redação dada pela Lei nº 10.256, de 2001)

§ 2º A pessoa física de que trata a alínea "a" do inciso V do art. 12 contribui, também, obrigatoriamente, na forma do art. 21 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.540, de 22.12.92)

Um importante destaque feito é de que a partir de 01/01/2019, conforme art. 40, I, da Lei nº 13.606/18, o produtor rural pessoa física poderá optar por contribuir com 1,2% mais 0,1% calculados sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção ou com 20% sobre o salário-de-contribuição. De acordo com o art. 25, § 13, da Lei nº 8.212/91, acrescido pela Lei nº 13.606/18, conforme segue:

Art. 25, § 13. O produtor rural pessoa física poderá optar por contribuir na forma prevista no **caput** deste artigo ou na forma dos incisos I e II do **caput** do art. 22 desta Lei, manifestando sua opção mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a folha de salários relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente ao início da atividade rural, e será irretratável para todo o ano-calendário. (Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018) (Produção de efeito)

Para as sociedades cooperativas e agroindústrias de piscicultura, carnicultura⁶⁶, suinocultura e avicultura, 2,5% é destinado à seguridade e 0,1% ao RAT/SAT, calculados sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção (art. 22-A, I e II, ambos da Lei nº 8.212/91), bem como para a empresa que se dedique apenas ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria-prima para industrialização própria, aplica-se a alíquota de 20% (destinada à seguridade social) mais 1 a 3% (destinado ao RAT/SAT, a depender do grau de risco da atividade) calculadas sobre o total das remunerações pagas (art. 22-A, §§ 6º e 7º, c/c art. 22, I e II, ambos da Lei nº 8.212/91).

⁶⁶ Criação de crustáceos.

Art. 22-A. A contribuição devida pela agroindústria, definida, para os efeitos desta Lei, como sendo o produtor rural pessoa jurídica cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção, em substituição às previstas nos incisos I e II do art. 22 desta Lei, é de: (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

I - dois vírgula cinco por cento destinados à Seguridade Social; (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

II - zero vírgula um por cento para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade para o trabalho decorrente dos riscos ambientais da atividade. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 2001).

§ 6º Não se aplica o regime substitutivo de que trata este artigo à pessoa jurídica que, relativamente à atividade rural, se dedique apenas ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria-prima para industrialização própria mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 2003).

§ 7º Aplica-se o disposto no § 6º ainda que a pessoa jurídica comercialize resíduos vegetais ou sobras ou partes da produção, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 2003).

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999). (Vide Lei nº 13.189, de 2015)

II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 1998).

- a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;
- b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;
- c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

A alíquota do FUNRURAL, no momento (2018), está em 1,5% (1,2% para a seguridade, 0,1% destinado ao RAT e 0,2% ao SANAR), conforme a nova Lei nº 13.606/18, que será elencada no próximo capítulo.

3.3 Forma de lançamento do FUNRURAL

Após a explanação sobre os tributos e suas modalidades, veremos como é feito o lançamento do FUNRURAL.

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional

“Segundo o artigo 142 do CTN, o lançamento consiste em um procedimento administrativo privativo da autoridade administrativa, que verifica a ocorrência do fato gerador e a matéria tributável, a definir o montante e identificar o sujeito passivo”, entende Mello⁶⁷.

Ou seja, complementando a ideia de Mello, o lançamento é um ato jurídico administrativo, de categoria simples, constitutivo e vinculado, o qual se incorpora na ordem jurídica brasileira através de uma norma individual e concreta, que tem como antecedente o fato jurídico tributário e como consequência a formalização do encadeamento obrigacional, pela particularização dos sujeitos ativo e passivo, a indicação do objeto da prestação, que é formado pela base de cálculo e correspondente alíquota, bem como pelo estabelecimento dos termos espaço-temporais em que o crédito deve ser exigido.

O lançamento do FUNRURAL é feito através da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP)⁶⁸, que foi introduzida, obrigatoriamente, pela Lei nº 9.528/97⁶⁹, para os casos de produtor rural pessoa física e empresa adquirente para aplicação da alíquota da

⁶⁷ MELLO, Camila Lorga Ferreira de. **Conceito de lançamento tributário e sua relação com as categorias norma, procedimento e ato**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7933>. Acesso em: 17 set. 2018.

⁶⁸ Receita Federal. **GFIP e SEFIP - Orientações Gerais**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/gfip-sefip-guia-do-fgts-e-informacoes-a-previdencia-social-1/orientacoes-gerais>>. Acesso em: 29 set. 2018.

⁶⁹ BRASIL. LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997. **Altera dispositivos das Leis n.º 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9528.htm>. Acesso em: 02 out. 2018.

contribuição previdenciária de 1,5%, que foi modificada a partir de janeiro de 2018, como já mencionado.

Quando da existência de um segurado especial (agricultura familiar) que retém o FUNRURAL, por não estar obrigado a declarar SEFIP/GFIP, o recolhimento é realizado através da Guia da Previdência Social (GPS), calculada manualmente no próprio site do INSS⁷⁰.

As GPS's devem ser pagas até o dia 20 do mês subsequente, caso o vencimento cair em um final de semana ou feriado o pagamento é antecipado. E as informações devem ser transmitidas até o dia 7 do segundo mês subsequente pela GFIP⁷¹.

Existem três espécies de lançamento, são elas: por declaração, por homologação e lançamento de ofício. Paulsen⁷² explica cada uma delas de forma clara e objetiva conforme segue: no lançamento por declaração, quem fornece ao fisco as informações é o contribuinte, estes elementos serão utilizados para que se apure o crédito tributário e notifique qual o valor devido para realizar o devido pagamento. No lançamento por homologação é o próprio contribuinte que apura e paga o tributo, o serviço do fisco, neste caso, é somente sancionar a apuração quando está correta por meio da homologação tácita ou expressa. Já o lançamento de ofício é aquele que realmente só é feito pelo fisco, pelo fato de ser neste momento que se formaliza o crédito tributário.

O artigo 147 do CTN conceitua:

Art. 147. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

Dentro das três espécies supra citadas, o FUNRURAL se enquadra no lançamento por homologação, pois o contribuinte apura e paga o tributo. O fisco,

⁷⁰ INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. **Cálculo da Guia da Previdência Social – GPS**. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps>> Acesso em: 29 set. 2018.

⁷¹ Datas sabidas pelo trabalho exercido em escritório de contabilidade.

⁷² PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 169.

nesse caso, fará a homologação expressa ou, não o fazendo, ter-se a homologação tácita.

No caso do contribuinte não prestar os pagamentos devidos e não emitir as guias, o fisco buscará as informações apuradas e fará o lançamento de ofício.

4 MUDANÇAS OCORRIDAS NO FUNRURAL

Muitas foram as mudanças ocorridas no FUNRURAL desde a sua criação no ano de 1955. Mudanças que também trouxeram benefícios que antes não existiam, como, por exemplo, aposentadorias e pensões para os trabalhadores, conforme é afirmado por Maschietto e Farineli⁷³.

Conforme os autores citados, “No início o Funrural tinha um objetivo limitado e paternalista”, isso porque os benefícios eram concedidos apenas aos chefes da família, excluindo-se totalmente as mulheres dos referidos benefícios. Contudo, se morassem sozinhas recebiam o benefício que para todos era de valor fixo.

Neste capítulo trataremos dos avanços do FUNRURAL, sua (in)constitucionalidade, conforme o Supremo Tribunal Federal (STF), o que mudou realmente com a entrada em vigor da Lei nº 13.606/18, bem como quais as opções que os produtores terão para aderir a este novo programa de parcelamento, que foi inserido com a lei e como ficam aqueles produtores que não aderirem ao plano.

4.1 FUNRURAL como fonte de custeio

Como já exposto no início deste estudo, o FUNRURAL é uma fonte de custeio para trabalhadores rurais, contribuintes individuais, segurados especiais e pessoas jurídicas rurais.

⁷³ MASCHIETTO, Fabia; FARINELI, Alessandro Menezes. **Como recuperar o FUNRURAL: guia prático**. São Paulo: Mundo Jurídico, 2010, p. 25.

Partindo da premissa de que o FUNRURAL foi elaborado pelo Governo da época de 1955 com o objetivo justamente de ajudar o trabalhador do campo, que antes não possuía nenhum sistema previdenciário, muito menos carteira de trabalho e folha de salário, chega-se à conclusão de que foi uma boa ideia, pelo fato de ser uma maneira justa de auxiliar o trabalhador rural, pois ele paga uma porcentagem do que produz e garante uma ajuda futura.

O FUNRURAL sempre foi alvo de muitas críticas. Uma das grandes controvérsias que surgiram foi em relação a Lei nº 8.212/91. De acordo com Maschietto e Farineli⁷⁴, o legislador não teria inserido todos os elementos indispensáveis para a construção de uma hipótese de incidência tributária, ou seja, que teria se definido o sujeito passivo, a base de cálculo e as respectivas alíquotas, mas que o fato gerador não era identificável.

Com esta situação foi criada a IN nº 60/2001 do INSS, a qual definiu em seu terceiro capítulo “as hipóteses de incidência e, em seguida, extrapolar a base de cálculo definida na Lei nº 8212/91, explicitando seu sentido quando necessário, sendo vedado qualquer inovação que fuja dos limites do texto legal”, conforme os autores citados. No entanto, como já indicamos, a IN vigente é a nº 971/2009.

A maior de todas as críticas sempre foi a questão da cobrança do FUNRURAL ser constitucional ou não, porém, por muitos anos, sempre se teve o recolhimento feito normalmente, apesar dos questionamentos.

Diante desse impasse, o próximo item tratará da questão da (in)constitucionalidade do FUNRURAL.

4.2 FUNRURAL e sua (in)constitucionalidade

Conforme Jorge Miranda⁷⁵, constitucionalidade e inconstitucionalidade designam conceitos de relação, isto é, “a relação que se estabelece entre uma coisa

⁷⁴ MASCHIETTO, Fabia; FARINELI, Alessandro Menezes. **Como recuperar o FUNRURAL**: guia prático. São Paulo: Mundo Jurídico, 2010, p. 49.

⁷⁵ MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. Coimbra: Coimbra Ed., 2001, p. 273-274.

– a Constituição – e outra coisa – um comportamento – que lhe está ou não conforme, que com ela é ou não compatível, que cabe ou não no seu sentido”.

O que torna uma lei constitucional ou não é uma árdua tarefa a ser realizada, pois envolve uma grande quantidade de estudiosos que não possuem as mesmas opiniões sobre os assuntos em destaque.

De acordo com Marcus Firmino Santiago⁷⁶, discutir se uma norma jurídica é válida ou não pela Constituição oportuniza a distinção de alguns aspectos, formais e materiais, que nela estão inseridos. Normalmente, o assunto se torna uma análise comparada com a hierarquia vertical, o que sempre traz à mente a “pirâmide normativa de Hans Kelsen”.

Nesse momento, o novo modelo constitucional exige que todos os comprometidos com a realização da jurisdição constitucional consigam ver a matéria de outra maneira, pois os fundamentos possuem agora sentidos diferentes quando são comparados às publicações que possuíam princípios obtidos do século XIX.

A teoria constitucional contemporânea, base da Constituição Federal de 1988, confere significado diferenciado aos direitos fundamentais, o que tem por consequência uma mudança nos próprios alicerces do constitucionalismo. Historicamente o reconhecimento do caráter de norma suprema à Constituição se devia a convenção formal, consoante a concepção formalista prevalente na doutrina do Positivismo, especialmente de matriz kelseniana. Agora, a sua supremacia se afirma em função do conteúdo material e da carga valorativa que carrega.⁷⁷

O autor, ainda, comenta algo muito interessante e verdadeiro. Que nenhuma norma que não traga no seu objetivo principal o de proteger uma coletividade, querendo que um grande número de pessoas assegure algum direito, será um modelo incompatível com a lógica que é adotada no Brasil, onde sempre querem ter o centro dos direitos fundamentais.

⁷⁶ SANTIAGO, Marcus Firmino. **O que torna uma norma jurídica inconstitucional?** Um breve estudo diante da calamidade das leis por encomenda. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI263022,21048-O+que+torna+uma+norma+juridica+inconstitucional+Um+breve+estudo>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

⁷⁷ SANTIAGO, Marcus Firmino. **O que torna uma norma jurídica inconstitucional?** Um breve estudo diante da calamidade das leis por encomenda. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI263022,21048-O+que+torna+uma+norma+juridica+inconstitucional+Um+breve+estudo>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

E continua afirmando que o que garante a validade de uma lei é a capacidade que ela tem de dar vida aos direitos fundamentais. Dessa maneira, normas jurídicas que não contemplem uma coletividade e defendem interesses individuais, nunca se encaixarão na lógica do constitucionalismo nacional.

Por esse motivo, é que se acredita que a contribuição para o FUNRURAL não é bem vista, pois só beneficia uma parte da população brasileira, ou seja, a população rural ou que mantém relações comerciais com produtores rurais.

Com a entrada em vigor da Constituição Federal em 1988, começaram a surgir questionamentos sobre a constitucionalidade ou não do FUNRURAL, contribuição esta que ficou adormecida por um bom tempo, até que, no ano de 2010, o já antigo assunto FUNRURAL voltou a ser encontrado nas páginas eletrônicas, citado em livros e artigos, tanto pela parte que trata sobre a área previdenciária quanto pelo lado tributário.

Conforme é trazido por Lacerda⁷⁸, “A cobrança tem mais de 45 anos e já passou por diversas modificações ao longo das décadas, gerando uma série de discussões no setor”.

De acordo com a interpretação de Carlos e Liane Birnfeld⁷⁹, “Só é possível falar de “funrural”, *entre aspas* por um singelo motivo: ele não existe mais em nosso ordenamento há mais de 18 anos. Está, diga-se de passagem, oficialmente *morto* desde 1989”. Isso porque, com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, o termo FUNRURAL foi extinto e entrou em vigor o Regime de Previdência Social, onde os produtores passaram a ser segurados especiais e com isso surge um novo FUNRURAL, com outros aspectos.

Lacerda⁸⁰ traz um breve relatório dos acontecimentos ocorridos desde 2010. Inicia citando o famoso caso da empresa Mata Boi, que na época requeria que fosse

⁷⁸ LACERDA, Manaíra. **Entenda como o Funrural surgiu e a evolução da cobrança ao longo dos anos**. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/entenda-como-funrural-surgiu-evolucao-cobranca-longo-dos-anos-67279>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

⁷⁹ BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010, p. 111.

⁸⁰ LACERDA, Manaíra. **Entenda como o Funrural surgiu e a evolução da cobrança ao longo dos anos**. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/entenda-como-funrural-surgiu-evolucao-cobranca-longo-dos-anos-67279>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

suspensa a cobrança do FUNRURAL, pois a considerava inconstitucional. A empresa ganhou o caso e por consequência gerou precedentes para produtores de todo país solicitarem na justiça a suspensão do pagamento.

Com isso, muitos produtores tiveram liminares na primeira instância concedidas. Porém, a justiça sugeria que o valor deveria ser depositado judicialmente, para que, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) modificasse a sua decisão, o valor seria utilizado para o pagamento e se não fosse modificado o valor voltaria para o produtor, mas como era optativo o recolhimento judicial, isso não ocorreu e muitos deixaram de recolher.

Conforme Berwanger e Dillenburg⁸¹,

(...) É importante destacar que a decisão do STF tem validade apenas ao Frigorífico Mataboi e aos empregadores rurais pessoas físicas que entregaram seu produto (boi) ao frigorífico. A decisão não se estende a todos os produtores do País, que caso queiram obter o mesmo direito deverão ingressar com uma ação judicial, assim como fez o frigorífico.

Explicam Berwanger e Zavascki⁸² que, dessa maneira, “os produtores terão que ingressar na Justiça, ajuizando ação que vise, especificamente, à suspensão de recolhimento e à devolução do que foi indevidamente recolhido, com a devida correção monetária”.

As autoras lembram, ainda, que “na prática, todos os valores que foram retidos do produtor a esse título poderão ser recuperados junto à União, devidamente atualizados pela Selic, respeitado o prazo prescricional”⁸³.

Complementando, Lacerda⁸⁴ aponta que no ano de 1998 ocorreu uma emenda que determinou novamente a cobrança feita pela comercialização das mercadorias, sendo após regulamentada pela Lei nº10.256/01.

⁸¹ BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm; DILLENBURG, Elaine Terezinha. **Decisão de inconstitucionalidade sobre recolhimento previdenciário**. Jornal da Fetag-RS. Integrante do Sistema Contag de Comunicação. Órgão da Federação e dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. a. XI, n. 139, fev. 2010, p. 7

⁸² BERWANGER, Jane Lúcia Wilhelm; ZAVASCKI, Liane Tabarelli. **A contribuição previdenciária rural na interpretação do Supremo Tribunal Federal**. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 38, out. 2010. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao038/berwanger_zavascki.html>. Acesso em: 19 ago. 2018.

⁸³ BERWANGER, Jane Lúcia Wilhelm; ZAVASCKI, Liane Tabarelli. **A contribuição previdenciária rural na interpretação do Supremo Tribunal Federal**. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 38, out. 2010. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao038/berwanger_zavascki.html>. Acesso em: 19 ago. 2018.

Em março de 2017, aconteceu o que muitos temiam: o posicionamento do STF mudou em um novo julgamento. Um dos motivos que fizeram o STF mudar de decisão é que o julgamento de 2017 foi baseado na lei 10.256 de 2001, enquanto o caso do frigorífico Mata Boi que considerou a cobrança de inconstitucional, tem base na lei 8.540 de 1992. Aos olhos da maioria dos ministros do STF, as mudanças que vieram na lei de 2001 são suficientes para tratar a cobrança como constitucional.

De acordo com Alice Grecchi⁸⁵, a Medida Provisória (MP) nº 793/2017 (prazo de vigência encerrado no dia 28 de novembro de 2017), que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), tem como objetivo a regularização de dívidas tributárias pertinentes ao pagamento do tributo de que trata o art. 25 da Lei nº 8.212/91, diante do entendimento do STF, no julgamento do RE 718.874/RS⁸⁶, que declarou constitucional a mencionada contribuição.

Mais tarde à referida MP, o Senado Federal promulgou a Resolução nº 15/2017, que suspende os efeitos dos dispositivos da lei que tratam da contribuição do FUNRURAL, conforme segue:

Art. 1º É suspensão, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a execução do art. 1º da Lei nº 8.540, de 22 de dezembro de 1992, que deu nova redação ao art. 12, inciso V, ao art. 25, incisos I e II, e ao art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, todos com a redação atualizada até a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, declarados inconstitucionais por decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 363.852.

Conforme a Receita Federal, quem optasse pelo PRR nos meses de outubro ou de novembro de 2017, poderia ter seus débitos parcelados em até 176 parcelas, que venceriam a partir de janeiro de 2018, e teriam descontos de multas e juros que chegariam até 90%, desde que o optante pagasse 4% da dívida, sem reduções, até dezembro de 2017.

⁸⁴ LACERDA, Manaíra. **Entenda como o Funrural surgiu e a evolução da cobrança ao longo dos anos**, 2017. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/entenda-como-funrural-surgiu-evolucao-cobranca-longo-dos-anos-67279>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

⁸⁵ GRECCHI, Alice. **A polêmica do Funrural**. 2017. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/09/opinioao/588318-a-polemica-do-funrural.html>. Acesso em 13 mai. 2018.

⁸⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 718874**. Origem: RS - Rio Grande do Sul. Reclamante: União. Reclamado: Jose Carlos Staniszewski. Relator Atual: Min. Alexandre de Moraes. Rio Grande do Sul, 30 mar. 2017. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4320595>>_. Acesso em: 08 out. 2018.

Grecchi⁸⁷ se posiciona:

Tem sido amplamente noticiado que, com a referida resolução, não é mais devido o Funrural, seja em relação ao passado, seja em relação ao futuro, e isso tem causado grande expectativa nos contribuintes. No entanto é necessária muita cautela ao interpretar a resolução do Senado, pois a Lei 10.256/01 foi declarada constitucional pelo STF no RE 718.874/RS. Embora a Lei 10.256/01, em momento algum, reinstitui ou trata da sub-rogação, cuidando somente do "caput" do artigo 25, da Lei 8.212/91. Isso porque a decisão do STF que julgou referida lei constitucional não trata de adquirente nem discute o artigo 30, IV, da Lei 8.212/91. Portanto inexistente qualquer divergência entre a Resolução 15/2017 e o julgado no RE 718.874/RS. Assim, se partirmos da premissa que a decisão do RE 363.852 reconheceu a inconstitucionalidade dos incisos I e II, do artigo 25, da Lei 8.212/91 e, por conseguinte, houve resolução do Senado suspendendo referida legislação com efeito retroativo e eficácia vinculante erga omnes, é preciso verificar se alguma lei posterior "reinstitui" por completo o Funrural para o produtor rural empregador pessoa física, especialmente, os incisos que disciplinam a base de cálculo e alíquota. No fim, a grande questão é a interpretação da decisão do RE 363.852 e a extensão dos seus efeitos.

Entretanto, em janeiro do corrente ano foi promulgada a Lei nº 13.606/2018, que implementou o PRR para regulamentar os encargos do FUNRURAL. Estes ocorreram por causa da declaração de inconstitucionalidade da cobrança deste imposto em 2011, no entanto, em 2017, o mesmo STF reconheceu a constitucionalidade, atribuindo efeitos retroativos, deixando contribuintes que não pagaram o imposto em débito por todo o período de 2011 a 2017.

4.3 A nova Lei nº 13.606/2018

O Programa de Regularização Tributária Rural, que pode ser chamado de Refis do FUNRURAL, apresenta, conforme art. 1º da Lei nº 13.606/18, que todos os débitos vencidos até o dia 31 de agosto de 2017 poderão fazer parte deste parcelamento.

Estes valores poderão ser quitados ou parcelados, mesmo fazendo parte de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou

⁸⁷ GRECCHI, Alice. **A polêmica do Funrural**. 2017. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/09/opinioao/588318-a-polemica-do-funrural.html>. Acesso em 13 mai. 2018.

judicial, ainda que sejam provenientes de lançamentos efetuados após a publicação desta lei, desde que fique dentro do prazo do §2º⁸⁸ da referida lei.

Quem aderir ao PRR estará automaticamente confessando os débitos na condição de contribuinte. Com a adesão, o sujeito passivo terá, conforme o art. 1º, § 3º, inciso III da referida lei:

[...] o dever de pagar regularmente as parcelas da dívida consolidada no PRR e os débitos relativos às contribuições dos produtores rurais pessoas físicas e dos adquirentes de produção rural de que trata o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e às contribuições dos produtores rurais pessoas jurídicas de que trata o art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, vencidos após 30 de agosto de 2017, inscritos ou não em dívida ativa da União;

Além de continuar o dever regular das outras obrigações que lhe são devidas como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Conforme o artigo 3º da Lei nº 13.606/18, os produtores rurais pessoas físicas ou jurídicas que decidirem por liquidar os débitos, poderão fazê-lo de modo que as duas primeiras parcelas deverão ser iguais, mensais e sucessivas e que correspondam a 2,5% do valor da dívida consolidada, sem as reduções que estão previstas no art. 2º, II, da lei.

O restante da dívida poderá ser parcelada em até 176 parcelas, mensais e sucessivas, tendo seu vencimento no mês seguinte ao pagamento da segunda parcela dita acima (art. 3º, II).

Terão, ainda, incluídas a redução de 100% das multas de mora e de ofício e dos encargos legais e com a inclusão dos honorários advocatícios e redução de 100% dos juros de mora, contudo, o valor da parcela não poderá ser inferior ao valor de R\$ 100,00, conforme art. 2º da lei. Caso o prazo do parcelamento tenha encerrado, o eventual restante da dívida terá que ser paga à vista ou, dependendo do caso, poderão fazer um novo parcelamento sem nenhuma redução em até 60 parcelas.

⁸⁸ § 2º. A adesão ao PRR ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado até 31 de dezembro de 2018 e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de sub-rogado. (Redação dada pela Lei nº 13.729, de 2018)

Quando se tratar de um adquirente da produção rural ou cooperativa que queiram aderir ao PRR, estes terão as mesmas regras de parcelamento supra citadas, mas com uma parcela não inferior a R\$ 1.000,00, conforme segue no art. 3º, §1º da Lei nº 13.606/18.

Nos dois casos, os produtores poderão parcelar dívidas que estão sendo discutidas judicialmente, todavia, para poderem aderir ao parcelamento, terão que desistir previamente das impugnações ou recursos que estejam tramitando, para assim efetuarem o parcelamento.

A dívida será consolidada na data do requerimento de adesão. Enquanto a dívida não for consolidada, caberá ao sujeito passivo calcular e recolher os valores apresentados e o parcelamento será formalizado no momento do pagamento da primeira parcela.

Serão excluídos do parcelamento, conforme citado do art. 10 da lei, todos aqueles que deixarem de pagar três parcelas consecutivas, seis parcelas alternadas ou ainda se deixarem de pagar a última parcela mesmo que as demais estejam pagas. E, caso o produtor seja excluído do parcelamento, ele terá também todos os benefícios antes concedidos completamente cancelados.

Como podem ocorrer percalços ao longo do parcelamento, o produtor não será excluído pela falta de pagamento caso tiver uma brusca queda na sua safra decorrente a razões climáticas que tenham motivado situação de emergência ou estado de calamidade pública devidamente reconhecida pelo Poder Executivo Federal, segundo art. 10, §1º.

Com a entrada em vigor da Lei nº 13.606/18, o governo tem como base oferecer muitas oportunidades e maneiras para que os produtores coloquem suas dívidas em dia. Para que, desse modo, não caiam nos cadastros de devedores e prejudiquem seu nome.

4.4 Dúvidas com a entrada em vigor da Lei nº13.606/18

Com a entrada em vigor da Lei nº13.606/18⁸⁹, os produtores rurais estão tendo que tomar uma importante decisão. Parcelar as dívidas referentes ao FUNRURAL ou deixar da maneira como está e esperar por uma nova lei ou medida provisória que revogue o que já foi constituído até o momento.

Desde a criação do FUNRURAL, sempre existiu a dúvida se o valor a ser pago era constitucional ou não. Por terem essa dúvida, muitos produtores deixaram de pagar essa contribuição. Isso ocorreu principalmente após o ano de 2010, quando ocorreu a mais importante fase do FUNRURAL. Através da decisão sobre o Recurso Extraordinário (RE) nº 363.852⁹⁰ a cobrança do FUNRURAL foi considerada inconstitucional.

Foram beneficiados na época, conforme Maschietto e Farineli⁹¹, os “fornecedores de bovinos para abate”. Isso porque o recurso foi solicitado pelo Frigorífico Mataboi S/A, de Mato Grosso do Sul, que interpôs o recurso contestando o acórdão da decisão colegiada, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

Desta maneira, a decisão judicial teve a oportunidade de declarar a inexigibilidade do FUNRURAL e determinar que fosse restituídas as somas pagas dentro dos períodos não prescritos, com base no art. 165, I do CTN, sem que afetasse na época a aposentadoria dos produtores e empregados. Ou seja, eles não queriam efetuar o pagamento, mas queriam que os benefícios trazidos por ele continuassem.

A partir deste momento, começaram a surgir muitas ações pleiteando o ressarcimento de valores cobrados, querendo que tudo o que tivesse sido pago retornasse aos produtores.

⁸⁹ BRASIL. LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018. **Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13606.htm>. Acesso em 14 out. 2018.

⁹⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 363852.** Origem: MG- Minas Gerais. Reclamante: Frigorífico Mata Boi. Reclamado: União. Relator Atual: Min. Marco Aurélio. Minas Gerais, 30 fev. 2010. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2071943>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

⁹¹ MASCHIETTO, Fabia; FARINELI, Alessandro Menezes. **Como recuperar o FUNRURAL:** guia prático. Mundo Jurídico: São Paulo, 2010, p. 65.

Um fato relevante foi que com o reconhecimento do FUNRURAL como uma contribuição inconstitucional, muitos produtores pararam de recolhê-lo. Com isso, os produtores foram somando uma dívida que nunca pensaram que poderiam ter, pois acreditavam que essa decisão nunca seria modificada.

No entanto, foi em 30 de março de 2017 que o STF, no RE nº 718.874, voltou atrás em seu julgamento e considerou o FUNRURAL novamente constitucional, retroativamente, ou seja, do ano de 2011 ao ano de 2017.

Julgado mérito de tema com repercussão geral conforme segue:

Decisão: O Tribunal, por maioria, apreciando o tema 669 da repercussão geral, conheceu do recurso extraordinário e a ele deu provimento, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Celso de Mello, que negavam provimento ao recurso. Em seguida, por maioria, acompanhando proposta da Ministra Cármen Lúcia (Presidente), o Tribunal fixou a seguinte tese: "É constitucional formal e materialmente a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção", vencido o Ministro Marco Aurélio, que não se pronunciou quanto à tese. Redator para o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, 30.3.2017.

E, desta maneira, tiveram que elaborar uma forma para que estes valores que ficaram em aberto fossem resgatados e cobrados.

Como os débitos eram altos, foi criada a Lei nº 13.606, que entrou em vigor em janeiro de 2018. Agora com uma alíquota mais baixa, somente 1,5% sobre o valor do faturamento.

A ideia no início era parcelar os valores que deixaram de ser recolhidos, mas, depois, consideraram que seria injusto os produtores pagarem por um “erro” do STF e acabaram decidindo que os produtores poderiam utilizar a nova alíquota, no caso de 1,5%, para calcular a retroatividade do imposto.

Este fato causou grande alvoroço, pois alguns produtores que continuaram pagando o FUNRURAL se sentiram injustiçados, pois eles teriam pago com a alíquota de 2,5%, ou seja, teriam contribuído muito mais do que os que deixaram de contribuir e agora poderiam utilizar a alíquota menor e ainda participar do parcelamento.

Com a entrada em vigor da nova Lei nº 13.606/18, muitas pessoas ficaram preocupadas com a dívida que teriam que arcar. Desse modo, muitos produtores, até o momento, não pagaram nada pelo fato de terem a esperança de que o STF mude o entendimento novamente e eles tenham seus débitos absolvidos.

Mas enquanto os débitos continuam existindo, o que está sendo feito é ir prolongando a possibilidade do parcelamento, que já foi modificada muitas vezes ao longo do ano.

No entanto, no dia 09 de novembro do corrente ano, após muito esperar, o então Presidente Michel Temer incluiu, através da redação dada pela Lei nº 13.729 de 2018, que o parcelamento possa ser efetuado até o dia 31 de dezembro de 2018.

4.5 Análise de jurisprudências no STF, referente ao FUNRURAL

A partir de agora, analisaremos julgados sobre o caso em questão perante o Supremo Tribunal Federal (STF), que julga os recursos extraordinários e protege a constituição.

Para um maior entendimento, citaremos a decisão do RE nº 363852 em que o STF declarou, em 03 de fevereiro de 2010, a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que previa o pagamento do FUNRURAL sobre a receita bruta proveniente da comercialização, conforme segue *in verbis*:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, conheceu e deu provimento ao recurso extraordinário para desobrigar os recorrentes da retenção e do recolhimento da contribuição social ou do seu recolhimento por subrogação sobre a “receita bruta proveniente da comercialização da produção rural” de empregadores, pessoas naturais, fornecedores de bovinos para abate, declarando a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97, até que legislação nova, arrimada na Emenda Constitucional nº 20/98, venha a instituir a contribuição, tudo na forma do pedido inicial, invertidos os ônus da sucumbência. Em seguida, o Relator apresentou petição da União no sentido de modular os efeitos da decisão, que foi rejeitada por maioria, vencida a Senhora Ministra Ellen Gracie. Votou o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, o Senhor Ministro

Joaquim Barbosa, com voto proferido na assentada anterior. Plenário, 03.02.2010.⁹²

Este caso, especificamente, beneficiou os fornecedores de bovinos para abate, pois o RE supra citado foi interposto pelo Frigorífico Mataboi S/A de Mato Grosso do Sul e uma subsidiária sua. Este recurso surgiu pois eles contestavam um acórdão do Tribunal Regional da 1ª Região (TRF-1) que manteve a sentença proferida em Mato Grosso do Sul no sentido da constitucionalidade do dispositivo legal impugnado, conforme Maschietto e Farneli⁹³.

Os autores, assim, continuam afirmando que esta decisão foi considerada na época um precedente animador para os contribuintes, pois através dele poderiam requerer a suspensão da cobrança do FUNRURAL e ainda buscar a restituição dos valores pagos.

Nos acórdãos do STF é que encontramos situações que possuem o poder de proteger a lei maior. O foco neste trabalho está tanto direcionado para o FUNRURAL quanto para a nova lei de parcelamento que o rege, entretanto, a lei é muito recente para que algum caso já esteja tramitando no STF.

Sendo assim, na pesquisa realizada foram selecionadas as datas de 01 de janeiro de 2017 até 20 de outubro de 2018 e colocado como destaque a palavra “funrural”. Foi delimitado o tempo pois existem centenas de casos que versam sobre o assunto FUNRURAL, mas somente os mais recentes interessam.

O primeiro caso é um Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo de nº 791.215 do Estado do Rio Grande do Sul. Com julgamento proferido em 06/02/2017 pelo órgão julgador da Primeira Turma e publicado em 23/02/2017.⁹⁴

O fato é relacionado conforme citação do relator Ministro Luiz Fux:

⁹² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 363852**. Origem: MG- Minas Gerais. Reclamante: Frigorífico Mata Boi. Reclamado: União. Relator Atual: Min. Marco Aurélio. Minas Gerais, 30 fev. 2010. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2071943>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

⁹³ MASCHIETTO, Fabia; FARINELI, Alessandro Menezes. **Como recuperar o FUNRURAL**: guia prático. Mundo Jurídico: São Paulo, 2010, p.121-122.

⁹⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 791.215 do Estado do Rio Grande do Sul**. Agravante: Fontana S/A. Agravado: União. Relator: Min. Luiz Fux. Distrito Federal, 06 fev. 2017. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311276429&ext=.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Malgrado a questão da legitimidade para pleitear a restituição dos valores pagos a título de FUNRURAL, é incontroverso o fato de que está incluído na relação jurídico-tributária e é sujeito passivo de exação fiscal, o que lhe confere plena legitimidade, desimportando, aí, os termos utilizados pelo julgador de admissibilidade. Não há, neste prisma, a necessidade de revolvimento fático probatório, bem como ficou demonstrado que a ofensa ao texto constitucional é direta, e não reflexa conforme consignou a decisão monocrática agravada. A declaração de inconstitucionalidade da norma que cria a obrigação tributária em nada depende da aferição do efetivo recolhimento do tributo, sendo certo que nesse ponto, há clara violação aos Arts. 154, I, 194, I, e 195, caput, I e § 4º da CF/88, julgando válido dispositivo de lei já declarado inconstitucional por esta Corte, a saber Artigo 1º da Lei nº 8.540/92, a genetizar novel redação aos Artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação imprimida pela Lei nº 9.528/97. Por conseguinte, por tudo quanto fora exposto na petição de interposição do Agravo em Recurso Extraordinário de origem, entende-se que a decisão monocrática que desproveu o agravo merece ser modificada, na medida em que a matéria debatida encontra ofensa direta ao texto constitucional pelo acórdão recorrido, prolatado pelo TRF da 4ª Região, não exige o revolvimento do conteúdo fático probatório dos autos e nem se trata de matéria índole infraconstitucional, o que permite o provimento do presente agravo (grifo meu).

O Ministro considerou que a agravante possui invalidade da exação, ou seja, verificou-se que a questão não foi debatida no acórdão recorrido e também não foi suscitada em embargos de declaração, a fim de sanar eventual omissão.

No caso apresentado foi negado provimento ao agravo interno por unanimidade, aplicando, assim, a multa prevista do artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015, e condenou a parte sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios, na sessão virtual ocorrida entre 16/12/2016 e 03/02/2017.

O próximo Agravo Regimental no Recurso Extraordinário de nº 1.047.031 do Estado do Paraná e com julgamento proferido em 22/09/2017, sendo o órgão julgador a Primeira Turma, foi interposto sob a égide do CPC/73, mas o agravo foi manejado sob a vigência do CPC de 2015.⁹⁵

Recorreram para a manutenção de um acórdão, onde foi reconhecida a inconstitucionalidade do FUNRURAL. A matéria debatida apresenta a comprovação de condição de empregador rural, para fins de legitimidade ativa para pleitear a inconstitucionalidade do FUNRURAL exigido do empregador rural, pessoa física ou do segurado especial.

⁹⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.047.031 PARANÁ.** Agravante: Patrícia Bittencourt Jordao. Agravado: União. Relatora: Min. Rosa Weber. Paraná, 22 set. 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13723130>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Conforme apresentado no relatório da Ministra Rosa Weber, “O agravante ataca a decisão impugnada, ao argumento de que a violação dos preceitos da Constituição Federal se dá de forma direta. Reitera a afronta aos arts. 5º, caput, II, XXXVI, 150, caput, II, 154, caput, I, e 195, caput, “a”, “b” e “c”, e § 4º, todos da Constituição Federal”.

Desse modo, a Ministra fundamenta em seu voto:

Verifico que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com base em fundamento infraconstitucional suficiente para a manutenção do acórdão recorrido **restou precluso em virtude do não provimento do recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça**. Aplicação da Súmula 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”

Tendo a turma, por unanimidade, conhecido o agravo e negado provimento.

O próximo caso é um Agravo Regimental nos Embargos de Declaração na petição nº 7.170⁹⁶, no julgamento ocorrido no dia 20/10/2017 pelo órgão julgador da Primeira Turma, com pedido de tutela de urgência. Caso acontecido no Distrito Federal, onde a parte agravante pretendia que fosse aceito o pedido de tutela de urgência, para não ser considerado plausível o recolhimento do FUNRURAL.

Os agravantes sustentaram que esse tributo já foi considerado inconstitucional na decisão proferida no RE 523.218/RS. No entanto, o que estava sendo solicitado na tutela de urgência era para que seus débitos fossem retirados, pois necessitava a sua certidão negativa que não podia ser emitida. A tutela de urgência foi negada. Não foi comprovado o entendimento ao disposto no art. 300 do CPC no caso em tela, conforme segue parte do relatório do Ministro Alexandre de Moraes:

Cuida-se de requerimento de tutela provisória de urgência, inaudita altera parte, formulado pela Cooperativa Triticola Sepeense LTDA, em face da União, com amparo no art. 300 do Código de Processo Civil, pleiteando a suspensão da exigibilidade dos débitos constantes do Processo Administrativo 11060-21.286/2017-29, tendo em conta o descumprimento da ordem judicial exarada pelo Min. AYRES BRITTO, nos autos do RE 523.218/RS (DJe de 11/11/2011), que a desobrigou de reter e recolher a

⁹⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AG. REG. NOS EMB. DECL. NA PETIÇÃO 7.170 DISTRITO FEDERAL**. Agravante: Cooperativa Triticola Sepeense Ltda. Agravado: União. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Distrito Federal, 22 out. 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13975301>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

contribuição do Funrural sobre receita bruta proveniente da comercialização de produtos rurais, decorrente da ação ordinária 19971000155317, haja vista a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei 8.540/1992, que modificou os arts. 12, V e VII, 25, I e II, e 30, IV, da Lei 8.212/1991, conforme decisão do Pleno do STF, proferida no RE 363.852 (Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 23/4/2010). Conjectura a requerente, em síntese, que, cumpridos estão os requisitos para se conceder a tutela de urgência, pois (a) a Certidão de Débitos com Efeitos de Negativa de Tributos Federais-CND/CPDEN venceu no dia 15/7/2017, sendo iminente sua inclusão no Cadastro Informativos de Créditos não Quitados do Setor Público Federal CADIN, caso não regularizada a situação no prazo legal, o que inviabiliza sua participação em licitações, obtenção de crédito rural e comercialização de produtos com o Governo Federal; (b) o pedido é verossímil, pautado na decisão judicial desta Corte que deu provimento ao seu recurso extraordinário, já que inconstitucional a cobrança da contribuição do Funrural sobre a comercialização de produtos rurais, tornando-se ilegal a indigitada exação, restando caracterizado descumprimento de decisão emanada desta Suprema Corte. No mais, discorre sobre a incompetência do auditor fiscal da Receita Federal do Brasil para exigir o referido tributo, ante a ausência de previsão normativa para a prática do questionado ato administrativo. É o relatório. Decido.

O provimento do agravo interno foi negado por unanimidade.

O último caso de 2017 apresenta um Agravo Regimental de nº 1.070.935, referente ao Estado do Paraná e com seu julgamento ocorrido em 01/12/2017 pelo Órgão Julgador da Segunda Turma. O caso em questão é uma discussão acerca do enquadramento do agravante como contribuinte empregador rural, sendo necessário um reexame dos fatos, o que é impossível em um recurso extraordinário.⁹⁷

Segundo o relator Ministro Dias Toffoli, o caso foi negado pelo fato do agravante não ter demonstrado ser empregador rural pessoa física e somente ter apresentado notas fiscais, o que não é o suficiente para validar sua condição de empregador rural, sendo assim possível extinguir o processo sem resolução de mérito.

O que chama atenção até esta parte da análise dos julgados é que todos agravantes se baseiam na inconstitucionalidade da contribuição que o STF já declarou em 2010 em Recurso Extraordinário, referente ao artigo 1º da Lei nº 8.212/91.

⁹⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF. **AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.070.935 PARANÁ**. Agravante: Rodrigo Gross. Agravado: União. Relator: Min. Dias Toffoli. Distrito Federal, 01 dez. 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14217778>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Os Embargos de Declaração do caso nº 1.087.761⁹⁸ do Estado do Paraná e tendo o julgamento sido proferido em 20/02/2018 pelo órgão julgador Segunda Turma, foram recebidos pelo relator Ricardo Lewandowski como Agravo Regimental, nos termos do art. 1.024, § 3º, do CPC, conforme segue: “(...) e destaco ser desnecessária, no presente caso, a intimação da parte embargante para complementar suas razões recursais, tendo em vista que a petição dos embargos já está perfeitamente ajustada à exigência do art. 1.021, § 1º, do CPC.”

Trata-se do caso de um produtor rural que não juntou quaisquer documentos que comprovassem a condição de empregador rural pessoa física e, com isso, não conseguiu prosseguir com o processo.

Consta do voto do Relator do acórdão recorrido:

Em relação à contribuição social devida pelos produtores rurais empregadores pessoas físicas, o egrégio STF, ao julgar o RE nº 362.852/MG, declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação ao art. 12, V; art. 25, I e II, e 30, IV, da Lei nº 8.212/91. Contudo, tal decisão não alcança os segurados especiais - produtores rurais pessoas físicas sem empregados ou que realizem a atividade em regime de economia familiar - tampouco aqueles produtores rurais autônomos sem empregados, que continuam obrigados a recolher o tributo nos termos do art. 12, VII, da Lei 8.212/1991, no primeiro caso, ou com base no art. 12, V, 'a', no segundo.

Seguiu apontando:

No presente caso, constatadas irregularidades na peça preambular, o magistrado singular intimou o autor, por duas vezes, para 'comprovar a sua condição de empregador rural, anexando aos autos Relação Anual de Informações Sociais - RAIS ou cópia do Livro de Registro de Empregados' - eventos 3 e 15 do processo originário. A parte autora quedou-se inerte. Assim, tendo em vista que a parte, devidamente intimada pelo magistrado para fazer prova desta condição, não juntou quaisquer documentos que comprovassem a condição de empregador rural pessoa física, impõe-se a extinção do processo. Improcede a alegação de que este Tribunal tem entendimento no sentido de ser desnecessária a comprovação da condição de empregador rural. O que se entende dispensável é a comprovação durante todo o período em que se pretende a restituição de indébito, mas isso não quer dizer, em absoluto, que se dispense a comprovação da qualidade de empregador.

⁹⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.070.935 PARANÁ**. Agravante: Rodrigo Gross. Agravado: União. Relator: Min. Dias Toffoli. Distrito Federal, 01 dez. 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14217778>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Para superar tal entendimento seria necessário reexaminar os fatos e as provas dos autos e analisar a legislação infraconstitucional, o que é inadmissível em um Recurso Extraordinário por incidência da Súmula nº 279/STF.

Depois de reexaminados os autos, o relator verificou que a decisão atacada não mereceu reforma, tendo em vista que foi proferida de acordo com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Desse modo, foi mantida por seus próprios fundamentos e negado o provimento, além de ter aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

O próximo caso é um Agravo Regimental de nº 1.026.510 do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como relator o Ministro Edson Fachin e o julgamento ocorrido em 13/04/2018, tendo como órgão julgador a Segunda Turma⁹⁹, que é um dos primeiros em que os relatores se utilizam da tese de constitucionalidade do FUNRURAL.

O agravante apontou que é indevido o pagamento do FUNRURAL em ato cooperado e utilizou-se com fundamento na inconstitucionalidade e precedentes. Além de referenciar ao caso de repercussão geral tido pelo Tema 669, que demonstra: “Validade da contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, nos termos do art. 1º da Lei 10.256/2001”.

No caso em tela, não foi aceito o agravo pelo fato de a parte insurgente não ter argumentos com aptidão suficiente para infirmar a decisão agravada.

Na discussão sobre a constitucionalidade da contribuição para o FUNRURAL, o relator Edson Fachin afirma:

[...] é certo que tal debate, já pacificado por esta Corte no sentido da compatibilidade do tributo com o texto constitucional, diz respeito a parcela das alegações submetidas à deliberação deste Tribunal por meio da interposição do recurso extraordinário. Não merece prosperar, desse modo, a alegação de que tal debate seria inaplicável ao presente caso.

⁹⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.026.510 RIO GRANDE DO SUL**. Agravante: Sergio Goin. Agravado: João Joaquim Nartunelli. Relator: Min. Edson Fachin. Rio Grande do Sul, 13 abr. 2018. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14707524>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Ao final foi negado o provimento e teve a aplicação de multa nos termos do art. 1.021 § 4º, do CPC, pelos votos terem sido unânimes.

A conclusão que se retira desses julgados é de que o assunto FUNRURAL continua sendo uma questão controvertida, pois nestes poucos casos verificou-se que ainda não é aplicado com fervor a tese da constitucionalidade do FUNRURAL.

Todos os casos tiveram o provimento negado. A maioria por não atenderem aos requisitos solicitados dentro de um Recurso Extraordinário, como, por exemplo: exija o reexame dos fatos.

Como sabemos, o STF julga os casos referente a (in)constitucionalidade. Quanto à Lei nº 13.606/18, entrou no STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5881¹⁰⁰. O Partido Socialista Brasileiro – PSB formalizou esta Ação Direta de Inconstitucionalidade buscando a declaração de incompatibilidade com a Constituição Federal, do artigo 25 da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, na parte em que inseriu os artigos 20-B, § 3º, inciso II, e 20-E da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 com o preceito igualmente utilizado nas ações diretas de nº 5.886, 5.890, 5.925, 5.931 e 5.932, todas distribuídas por prevenção.¹⁰¹

Segue o artigo 25 da Lei nº 13606/18:

Art. 25. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 20-B, 20-C, 20-D e 20-E:

“Art. 20-B. Inscrito o crédito em dívida ativa da União, o devedor será notificado para, em até cinco dias, efetuar o pagamento do valor atualizado monetariamente, acrescido de juros, multa e demais encargos nela indicados

§ 1º A notificação será expedida por via eletrônica ou postal para o endereço do devedor e será considerada entregue depois de decorridos quinze dias da respectiva expedição.

§ 2º Presume-se válida a notificação expedida para o endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Pública.

¹⁰⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 5.881 DF**. Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO Julgamento: 01/08/2018. Requerente: Conselho Federal Da Ordem Dos Advogados Do Brasil – CFOAB Recorrido: Congresso Nacional. Relator(a): Min. Marco Aurélio. Brasília, 1º de agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28%28A%C7%C3O+DIRETA+DE+INCONSTITUCIONALIDADE+5%2E881%29%29+NAO+S%2EPRES%2E&base=baseMonocraticas&url=http://tinyurl.com/ybfuzdx4>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

¹⁰¹ **Andamento do Processo n. 5.881 - Ação Direta de Inconstitucionalidade - 20/09/2018 do STF** Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/627858066/andamento-do-processo-n-5881-acao-direta-de-inconstitucionalidade-20-09-2018-do-stf?ref=topic_feed>. Acesso em: 09 nov. 2018.

§ 3º Não pago o débito no prazo fixado no caput deste artigo, a Fazenda Pública poderá:

I - comunicar a inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres; e

II - averbar, inclusive por meio eletrônico, a certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, tornando-os indisponíveis.”

“Art. 20-C. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá condicionar o ajuizamento de execuções fiscais à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis, desde que úteis à satisfação integral ou parcial dos débitos a serem executados.

Parágrafo único. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional definir os limites, critérios e parâmetros para o ajuizamento da ação de que trata o **caput** deste artigo, observados os critérios de racionalidade, economicidade e eficiência.”

‘Art. 20-D. Sem prejuízo da utilização das medidas judiciais para recuperação e acautelamento dos créditos inscritos, se houver indícios da prática de ato ilícito previsto na legislação tributária, civil e empresarial como causa de responsabilidade de terceiros por parte do contribuinte, sócios, administradores, pessoas relacionadas e demais responsáveis, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá, a critério exclusivo da autoridade fazendária:(Promulgação)

I - notificar as pessoas de que trata o **caput** deste artigo ou terceiros para prestar depoimentos ou esclarecimentos;

II - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por débito inscrito em dívida ativa da União, ajuizado ou não, observadas, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.”

“Art. 20-E. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editará atos complementares para o fiel cumprimento do disposto nos arts. 20-B, 20-C e 20-D desta Lei.”

O artigo da lei versa sobre a possibilidade de a Fazenda Pública averbar certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto e penhora, tornando-os indisponíveis. A ação ainda está sendo analisada pelo STF.

4.6 Análise de jurisprudências no TRF4, referente a Lei nº 13.606/2018

Faremos uma análise de casos que estão sendo julgados no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), pelo fato do nosso Estado fazer parte deste tribunal. Delimitou-se a pesquisa pela “Lei nº 13606” e nas datas de 09 janeiro de 2018 até 20 de outubro de 2018, pelo fato de a lei ter sido promulgada no corrente ano.

Nesse período de pesquisa foram encontrados apenas 8 acórdãos. Uma explicação para isso é pelo fato de ser uma lei recente e os contribuintes ainda não estarem totalmente inteirados sobre as possibilidades de parcelamento que a Lei nº 13.606/18 traz consigo.

No primeiro caso temos um Agravo de Instrumento do TRF4 de nº 5023503-83.2018.4.04.0000¹⁰², julgado pela Segunda Turma, tendo como relator Rômulo Pizzolatti, juntado aos autos em 02/10/2018.

O contribuinte fazia parte de outro parcelamento e, ao aderir ao PRR, não entrou com recurso no parcelamento ao qual fazia parte. A Lei nº 13.606/18 deixa claro em alguns de seus artigos (art. 1º, §1º e art. 5º) que se algum contribuinte estiver inserido em outro parcelamento ou tiverem débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial e quiser optar pelo PRR, poderá fazê-lo sem qualquer pagamento de honorários advocatícios.

Art. 1º § 1º Poderão ser quitados, na forma do PRR, os débitos vencidos até 30 de agosto de 2017 das contribuições de que tratam o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamento efetuado de ofício após a publicação desta Lei, desde que o requerimento ocorra no prazo de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 5º Para incluir no PRR débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações, os recursos administrativos ou as ações judiciais e protocolar, no caso de ações judiciais, requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos estabelecidos na alínea c do inciso III do **caput** do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o que eximirá o autor da ação do pagamento dos honorários advocatícios, afastando-se o disposto no art. 90 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Conforme o voto do relator Rômulo Pizzolatti: “Acresce que o agravante nem sequer apresentou a renúncia a que faz referência o art. 5º da Lei nº 13.606 de

¹⁰² BRASIL. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5023503-83.2018.4.04.0000/RS**. Agravante: Valdemar Rossler Agravado: União. Relator: Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti. Carazinho, 02 out. 2018. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41538497165422291015255666205&evento=490&key=910802aa2fc2fd71c099c971487380b0121060b88fc974af28b7da95d6ca06a1&hash=747e4e934c580bf729209ba4896dda30>. Acesso em: 11 nov. 2018.

2018, uma vez que simplesmente teve acórdão em seu desfavor e deixou de interpor recurso”.

Portanto, acabou tendo a decisão transitada em julgado e o contribuinte condenado ao pagamento de honorários sucumbenciais, por renúncia.

Nos próximos dois casos temos a mesma questão a ser analisada. São agravos internos interpostos pela União de nº 5004132-63.2010.4.04.7001¹⁰³ e 5001178-38.2010.4.04.7003¹⁰⁴ em 02/10/2018, sendo os dois do Estado do Paraná, julgados pela Segunda Turma e tendo como relator o desembargador Rômulo Pizzolatti.

Nos dois acórdãos a União foi contra a decisão que homologou a renúncia feita a um parcelamento antigo, pois ele não teria validade pelo fato de não ter atendido os requisitos da Lei nº 13.606/18. Assim sendo, o autor apresentou contrarrazões pedindo manutenção da decisão agravada.

Foi negado provimento ao agravo interno, justamente pelo agravo ter atendido todos os requisitos da Lei nº 13.606/18, como é exposto pelo relator:

Ao contrário do que alega a agravante, a decisão agravada, fundamentadamente, considerou satisfeitos os requisitos para a validade da renúncia formulada nos autos. Com efeito, a questão atinente ao afastamento da condenação ao pagamento de honorários advocatícios está expressamente prevista no art. 5º da Lei nº 13.606, de 2018

¹⁰³ BRASIL. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 5004132-63.2010.4.04.7001/PR**. Agravante: União - Fazenda Nacional. Agravados: Dorival Florio e Jose Antônio Luca Relator: Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti. Paraná, 02 out. 2018. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41538497165422291015250520438&evento=490&key=08407f073da8f4cb77e96b14e51ad88d24122116cea09ae8f037cd8166447083&hash=39054cbd285feb1571334469aac55759>. Acesso em: 11 nov. 2018.

¹⁰⁴ BRASIL. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 5001178-38.2010.4.04.7003/PR**. Relator: Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti. Agravante: União - Fazenda Nacional Agravado: Adalto Mattano De Freitas. Paraná, 02 out. 2018. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41538497165422291015223973603&evento=490&key=dd78f3175f0578961789b6dd1da2ce1b2ee1ec88ccfd560154bf7cfe4c5d691e&hash=852fc1dba5fdb0b2a69bf6bd8351298a>. Acesso em: 11 nov. 2018.

O próximo acórdão de nº 5035304-79.2017.4.04.7000¹⁰⁵, é da Primeira Turma, tendo como relator o Juiz Federal Alexandre Rossato da Silva Ávila.

É um caso de apelação onde a empresa apelante tem o objetivo de desligar-se do Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) e ligar-se ao PRR.

O caso trata de pedido de desistência do feito, com renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, a fim de viabilizar a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural – PRR, nos termos da Lei nº 13.606, de 09 de janeiro de 2018, relativamente à totalidade do débito tributário objeto da demanda.

O relator Alexandre Rossato da Silva Ávila, confirmou que: “A jurisprudência do STJ admite a possibilidade de renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, independentemente da concordância da parte contrária, desde que seja manifestada antes do trânsito em julgado”.

O caso foi provido com resolução de mérito e, com ausência de interposição de recurso, a sentença transitou em julgado, não podendo ser novamente apreciada pelo Poder Judiciário.

O caso seguinte relata um Agravo de Instrumento de nº 5018090-89.2018.4.04.0000¹⁰⁶, da Segunda Turma, tendo como Relator Sebastião Ogê Muniz. Esse agravo foi interposto pelo agravante em face da decisão que, em cumprimento de sentença, julgou improcedente a sua impugnação.

O contribuinte pretendia que fosse considerada indevida a fixação de honorários no parcelamento que ele estava inserido, baseando-se no artigo 5º da Lei

¹⁰⁵ BRASIL. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **APELAÇÃO CÍVEL Nº 5035304-79.2017.4.04.7000/PR**. Relator: Juiz Federal Alexandre Rossato Da Silva Ávila. Apelante: Fospar S/A (Impetrante). Apelado: União - Fazenda Nacional (Interessado). Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41537960933107841029697557052&evento=490&key=6a1b023661c24df399c05a2b8bae4afc560b9546122a7c2e0c50d820d97e4d87&hash=218c316ab2f0bef3010ea47856f2b38d>. Acesso em: 11 nov. 2018.

¹⁰⁶ BRASIL. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5018090-89.2018.4.04.0000/RS**. Relator: Desembargador Federal Sebastião Ogê Muniz Agravante: Ildo Antônio Dal Forno Agravado: União - Fazenda Nacional. Rio Grande do Sul, 12 set. 2018. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41536759427612862011038129807&evento=490&key=de3f3c630b4dcc56e699330a073433c8a43ffb9a5730b16b909a81eb3aa36b0c&hash=d583e916a3b67dc4d9178ccfff5aec13>. Acesso em: 11 nov. 2018.

nº 13.606/18. Mas esse artigo só comporta quem fizer a desistência de um parcelamento existente e passar para o PRR. No entanto, o que ocorreu foi que ele quis utilizar a lei nova para não precisar pagar os honorários do parcelamento ao qual ele fazia parte.

Ou seja, ele quis se utilizar do que diz no artigo 5º da referida lei:

Art. 5º Para incluir no PRR débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações, os recursos administrativos ou as ações judiciais e protocolar, no caso de ações judiciais, requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos estabelecidos na alínea c do inciso III do **caput** do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o que eximirá o autor da ação do pagamento dos honorários advocatícios, afastando-se o disposto no art. 90 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 1º Somente será considerada a desistência parcial de impugnação de recurso administrativo interposto ou de ação judicial proposta se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais débitos discutidos no processo administrativo ou na ação judicial.

§ 2º A comprovação do pedido de desistência ou da renúncia de ações judiciais será apresentada na unidade de atendimento integrado do domicílio fiscal do sujeito passivo na condição de contribuinte ou de sub-rogado, até trinta dias após o prazo final de adesão de que trata o § 2º do art. 1º desta Lei.

Conforme o voto apresentado pelo relator Sebastião Ogê Muniz,

[...] tendo em vista que a verba honorária somente será indevida no caso de inclusão do débito no parcelamento efetivado na forma da referida lei - mediante renúncia ao direito pelo qual se funda a ação -, o que não ocorreu no presente caso, impõe-se a manutenção da decisão agravada.

Foi negado provimento ao Agravo de Instrumento.

No próximo caso, temos Embargos de Declaração interpostos pela União de nº 5009080-21.2018.4.04.0000¹⁰⁷, da Segunda Turma, tendo como relator o Desembargador Rômulo Pizzolatti.

¹⁰⁷ BRASIL. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5009080-21.2018.4.04.0000/RS**. Embargante: União - Fazenda Nacional. Interessado: Arrozeira Pelotas Ind. Com. Cereais Ltda. Relator: Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti. Rio Grande do Sul, 04 set. 2018. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41536077386323861011746633538&evento=490&key=2d3eda6009c43d13849e7a8d410d707cffa9141796d54bce71c16b2ac30cd66e&hash=d32e0994bb8bebc0be1826cf0a2b6548>. Acesso em: 11 nov.2018.

Alega que houve prejuízo para a União, por ter havido omissão. Porém, não foram aceitos os embargos porque o embargante não comprovou a existência, no acórdão embargado, de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, pretendendo, na verdade, a pretexto de vício, apenas a rediscussão da causa e o prequestionamento numérico de dispositivos legais.

Conforme apresentado pelo relator:

Por outro lado, embora tenha o contribuinte, após desistir da apelação no mandado de segurança, aderido ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), ao destino dos depósitos são inaplicáveis as disposições da Lei nº 13.606, de 2018 (que institui o PRR) indicadas pela União. De fato, os arts. 5º e 6º indicados pela União (Fazenda Nacional) fazem referência a depósitos vinculados a "*débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial*" e a "*depósitos vinculados aos débitos incluídos no PRR*". Todavia na origem não se discutiam débitos, nem os depósitos tiveram por objetivo contemplar débitos.

Dessa forma, foi negado provimento aos embargos de declaração.

O próximo acórdão decorre de um Agravo de Instrumento com efeito suspensivo interposto pela União no mesmo processo nº 5009080-21.2018.4.04.0000¹⁰⁸, juntado aos autos em 15/05/2018 pela Segunda Turma, tendo como relator o Desembargador Rômulo Pizzolatti.

O caso utiliza a alegação de que parcelas de outro parcelamento teriam sido depositadas. E, querendo o agravado optar pelo PRR, a União alegou que os depósitos vinculados aos débitos incluídos no PRR serão, automaticamente, convertidos em renda da União, razão pela qual os depósitos efetuados na origem não devem ser levantados pela impetrante.

Verificou-se que não existiam parcelas pagas que efetivassem o parcelamento no Programa de Regularização Tributária - PRT, e assim não teriam valores a serem depositados para a União. Desta maneira foi negado provimento ao Agravo de Instrumento.

¹⁰⁸ BRASIL. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5009080-21.2018.4.04.0000/RS**. Embargante: União - Fazenda Nacional. Interessado: Arrozeira Pelotas Ind. Com. Cereais Ltda. Relator: Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti. Rio Grande do Sul, 04 set. 2018. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41536077386323861011746633538&evento=490&key=2d3eda6009c43d13849e7a8d410d707cffa9141796d54bce71c16b2ac30cd66e&hash=d32e0994bb8bebc0be1826cf0a2b6548>. Acesso em: 11 nov.2018.

A última questão a ser analisada é uma Apelação Cível de nº 5051897-87.2011.4.04.7100¹⁰⁹, julgado pela Primeira Turma, tendo como relator o Juiz Federal Alexandre Rossato da Silva Ávila, considerada uma questão de ordem, com o objetivo de anular um julgamento ocorrido em 21 de março de 2018.

Conforme apresentado no voto relatado por Alexandre Rossato da Silva Ávila, o motivo do presente feito ser levado a julgamento na sessão do dia 21 de março de 2018 foi porque a parte autora desejava se desligar de um parcelamento e se inserir em outro, no caso, no PRR. No entanto, a remessa oficial e o apelo da União foram providos para julgar improcedente o pedido formulado pela parte autora.

O que foi constatado é que em data anterior a autora já havia requerido a desistência do feito, com renúncia do direito sobre o qual funda-se a ação, para fins de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural de que trata a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, circunstância que não foi considerada no acórdão.

Assim, a questão de ordem foi resolvida no sentido de anular o julgamento realizado e o caso foi extinto com resolução de mérito.

O que se pode observar em relação aos casos analisados é que dos 8 (oito) apenas 2 (dois) foram providos com resolução de mérito, enquanto os outros tiveram o provimento negado.

¹⁰⁹ BRASIL. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **APELAÇÃO CÍVEL Nº 5051897-87.2011.4.04.7100/RS**. Relator: Juiz Federal Alexandre Rossato Da Silva Ávila Apelante: União - Fazenda Nacional Apelados: Helena Dornelles Medeiros (Absolutamente Incapaz (Art. 3º, I CC), Alan Castoldi Medeiros (Pais), Maria Elisa Osorio Dornelles, Henrique Osorio Dornelles, Eduardo Osorio Dornelles, Maria Virginia Osorio Dornelles, Maria Cristina Dornelles Sampaio Peres. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41524839248461441041157128916&evento=490&key=dfb8b44eacb3250b90f1834e79e37c98231f578ee6414a3bdba980eae69dd542&hash=24f16bd9686e22372f47bb7df25c1271>. Acesso em: 11 nov. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo tratar sobre o FUNRURAL e suas características, tanto históricas quanto tributárias, bem como apresentar as mudanças ocorridas no FUNRURAL com a entrada em vigor da Lei nº 13.606, em janeiro do presente ano.

Primeiramente, foram identificadas as características do FUNRURAL e analisado seu histórico, pelo fato de ser bem antigo e precisar de uma boa explicação para aqueles que pouco conhecem ou nunca ouviram falar sobre o assunto. Juntamente foi comentado sobre o desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul, utilizando-se de dados do Censo Agropecuário.

No decorrer da monografia foi identificado o FUNRURAL dentro do Direito Tributário, de maneira que apresentou-se as suas características, seus sujeitos ativos e passivos, seus fatos geradores, base de cálculo, alíquota e formas de lançamento, tudo isso para ficar mais visível a posição do FUNRURAL dentro das contribuições sociais.

Posteriormente, foi retratada a implantação da nova lei do FUNRURAL e suas peculiaridades. Em seguida foi exposto o antigo FUNRURAL que já foi considerado inconstitucional perante ao STF. E, por fim foram, feitas pesquisas de julgados sobre casos no STF relacionados com o FUNRURAL e outros no TRF4 referentes a Lei nº 13.606/2018.

A consideração que se pode fazer é de que no STF os recursos sobre a nova lei ainda não chegaram por ela ser muito recente. Porém, foi encontrada tramitando

uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre um artigo específico da Lei nº 13.606/18, mas que ainda não foi julgada. Já no TRF4 existem diversas ações tramitando a respeito da lei em questão, contudo foram selecionadas e analisadas as mais recentes.

A relação entre contribuinte e Estado sempre será conturbada pelo fato de que sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito, sempre existirão discussões sobre diferentes opiniões. O que se entende como saudável, pois através do diálogo e troca de ideias surgem pensamentos e entendimentos diferentes.

No entanto, é notório que o assunto em questão não foi esgotado. Isso se deve pelo fato de ser um assunto antigo aliado à uma lei recente da qual ainda estão ocorrendo modificações. Inclusive, diversas mudanças ocorreram durante toda construção da monografia, tendo o trabalho que ser atualizado constantemente até o fechamento para entrega.

O modo para engrandecer a nossa vida é tratar todos como iguais e manter uma relação humana com todos. Assim sendo, poderemos transmitir através das nossas ações um futuro melhor para aqueles que ainda virão a usufruir de tudo isso que estamos vivendo. E os próximos poderão desfrutar disso e muito mais, pois acredita-se na melhora das relações.

Desta maneira, podemos afirmar que a cobrança do FUNRURAL afeta benéficamente tanto os produtores rurais, assim como a sociedade em geral. Isso porque, se os produtores rurais estão bem amparados pelos benefícios sociais, automaticamente eles produzem melhor e de maneira mais eficaz. Oferecendo, assim, melhores produtos e contribuindo para a qualidade de vida para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário**. 11. ed. Juspodivm: Salvador, 2017.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil**: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. Brasília: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, n. 759).

BERWANGER, Jane Lúcia Wilhelm; ZAVASCKI, Liane Tabarelli. A contribuição previdenciária rural na interpretação do Supremo Tribunal Federal. In: **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 38, out. 2010. Disponível em: <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao038/berwanger_zavascki.htm>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **Segurado especial**: o conceito jurídico para além da sobrevivência individual. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. **Previdência Rural Inclusão Social**. Curitiba: Juruá, 2013.

BIRNFELD, Liane Francisca. H.; BIRNFELD, Carlos André H. **O “funrural” e sua (in) constitucionalidade**. Pelotas: Delfos, 2010.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. In: **Sociologias**, n. 7, p. 50–81, 2002.

BRASIL. **Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional Nº 66, de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2017/Congresso/RSF15.htm> Acesso em: 20 out. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 06 mai. 2018.

_____. DECRETO Nº 61.554, DE 17 DE OUTUBRO DE 1967. **Aprova o Regulamento do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D61554.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. DECRETO-LEI Nº 276, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967. **Altera dispositivos da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0276.htm>. Acesso em: 09 mai. 2018.

_____. DECRETO-LEI Nº 1.146, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1970. (Vide Lei nº 8.315, de 1991) **Consolida os dispositivos sobre as contribuições criadas pela Lei número 2.613, de 23 de setembro de 1955 e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1146.htm>. Acesso em: 02 out. 2018.

_____. LEI Nº 2.613, DE 23 DE SETEMBRO DE 1955. **Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1950-1969/L2613.htm>. Acesso em: 19 ago. 2018.

_____. LEI Nº 4.214, DE 2 DE MARÇO DE 1963. **Estatuto do Trabalhador.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm>. Acesso em 06 mai. 2018.

_____. LEI Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 09 mai. 2018.

_____. LEI Nº 7.787, DE 30 DE JUNHO DE 1989. **Dispõe sobre alterações na legislação de custeio da Previdência Social e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7787.htm>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997. **Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9528.htm>. Acesso em: 02 out. 2018.

_____. LEI Nº 10.256, DE 9 DE JULHO DE 2001. **Altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei no 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei no 9.528, de 10 de dezembro de 1997.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10256.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018. **Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13606.htm>. Acesso em: 11 mai. 2018.

_____. LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 25 DE MAIO DE 1971. **Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 30 DE OUTUBRO DE 1973. **Altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/LCP/Lcp16.htm>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 793, DE 31 DE JULHO DE 2017. Vigência encerrada. **Institui o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv793.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. Receita Federal. **GFIP e SEFIP - Orientações Gerais.** Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/gfip-sefip-guia-do-fgts-e-informacoes-a-previdencia-social-1/orientacoes-gerais>>. Acesso em: 29 set. 2018.

_____. RESOLUÇÃO Nº 15, DE 2017. Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a execução do art. 1º da Lei nº 8.540, de 22 de dezembro de 1992, que deu nova redação ao art. 12, inciso V, ao art. 25, incisos I e II, e ao art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, todos com a redação atualizada até a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Congresso/RSF15.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 5.881 DF.** Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO Julgamento: 01/08/2018. Requerente: Conselho Federal Da Ordem Dos Advogados Do Brasil – CFOAB Recorrido: Congresso Nacional. Relator(a): Min. Marco Aurélio. Brasília, 1º de agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28%28A%C7%C3O+DIRETA+DE+INCONSTITUCIONALIDADE+5%2E881%29%29+NAO+S%2EPRES%2E&base=baseMonocraticas&url=http://tinyurl.com/ybfuzdx4>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 363852**. Origem: MG - Minas Gerais. Reclamante: Frigorífico Mata Boi. Reclamado: União. Relator Atual: Min. Marco Aurélio. Minas Gerais, 30 fev. 2010. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2071943>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 718874**. Origem: RS - Rio Grande do Sul. Reclamante: União. Reclamado: Jose Carlos Staniszewski. Relator Atual: Min. Alexandre de Moraes. Rio Grande do Sul, 30 mar. 2017. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4320595>>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.047.031 PARANÁ**. Agravante: Patrícia Bittencourt Jordao. Agravado: União. Relatora: Min. Rosa Weber. Paraná, 22 set. 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13723130>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **AG. REG. NOS EMB. DECL. NA PETIÇÃO 7.170 DISTRITO FEDERAL**. Agravante: Cooperativa Triticola Sepeense Ltda. Agravado: União. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Distrito Federal, 22 out. 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13975301>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO nº 791.215 do Estado do Rio Grande do Sul**. Agravante: Fontana S/A. Agravado: União. Relator: Min. Luiz Fux. Distrito Federal, 06 fev. 2017. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=311276429&ext=.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.026.510 RIO GRANDE DO SUL**. Agravante: Sergio Goin. Agravado: João Joaquim Nartunelli. Relator: Min. Edson Fachin. Rio Grande do Sul, 13 abr. 2018. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14707524>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.070.935 PARANÁ**. Agravante: Rodrigo Gross. Agravado: União. Relator: Min. Dias Toffoli. Distrito Federal, 01 dez. 2017. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14217778>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **EMB. DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.087.761 PARANÁ**. Agravante: Dozolina Cirico. Agravado: União. Relator: Min. Ricardo Levandowski. Distrito Federal, 20 fev. 2018. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14429479>>. Acesso em 11 nov. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta De Inconstitucionalidade nº 5.881**. Requerente: Partido Socialista Brasileiro. Intimada: União. Relator: Marco Aurélio. Brasília: 20 set. 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/627858066/andamento-do-processo-n-5881-acao-direta-de-inconstitucionalidade-20-09-2018-do-stf?ref=topic_feed>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5023503-83.2018.4.04.0000/RS**. Agravante: Valdemar Rossler Agravado: União. Relator: Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti. Carazinho, 02 out. 2018. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41538497165422291015255666205&evento=490&key=910802aa2fc2fd71c099c971487380b0121060b88fc974af28b7da95d6ca06a1&hash=747e4e934c580bf729209ba4896dda30>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 5004132-63.2010.4.04.7001/PR**. Agravante: União - Fazenda Nacional. Agravados: Dorival Florio e Jose Antônio Luca Relator: Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti. Paraná, 02 out. 2018. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41538497165422291015250520438&evento=490&key=08407f073da8f4cb77e96b14e51ad88d24122116cea09ae8f037cd8166447083&hash=39054cbd285feb1571334469aac55759>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 5001178-38.2010.4.04.7003/PR**. Relator: Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti. Agravante: União - Fazenda Nacional Agravado: Adalto Mattano De Freitas. Paraná, 02 out. 2018. Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41538497165422291015223973603&evento=490&key=dd78f3175f0578961789b6dd1da2ce1b2ee1ec88ccfd560154bf7cfe4c5d691e&hash=852fc1dba5fdb0b2a69bf6bd8351298a>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **APELAÇÃO CÍVEL Nº 5035304-79.2017.4.04.7000/PR**. Relator: Juiz Federal Alexandre Rossato Da Silva Ávila. Apelante: Fospar S/A (Impetrante). Apelado: União - Fazenda Nacional (Interessado). Disponível em: <https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41537960933107841029697557052&evento=490&key=6a1b023661c24df399c05a2b8bae4afc560b9546122a7c2e0c50d820d97e4d87&hash=218c316ab2f0bef3010ea47856f2b38d>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5018090-89.2018.4.04.0000/RS**. Relator: Desembargador Federal Sebastião Ogê Muniz Agravante: Ildo Antônio Dal Forno Agravado: União - Fazenda Nacional. Rio Grande do Sul, 12 set. 2018. Disponível em:

<https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41536759427612862011038129807&evento=490&key=de3f3c630b4dcc56e699330a073433c8a43ffb9a5730b16b909a81eb3aa36b0c&hash=d583e916a3b67dc4d9178ccfff5aec13>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5009080-21.2018.4.04.0000/RS.**

Embargante: União - Fazenda Nacional. Interessado: Arrozeira Pelotas Ind. Com. Cereais Ltda. Relator: Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti. Rio Grande do Sul, 04 set. 2018. Disponível em:

<https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41536077386323861011746633538&evento=490&key=2d3eda6009c43d13849e7a8d410d707cfa9141796d54bce71c16b2ac30cd66e&hash=d32e0994bb8bebc0be1826cf0a2b6548>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Tribunal Regional Federal 4ª Região. **APELAÇÃO CÍVEL Nº 5051897-87.2011.4.04.7100/RS.** Relator: Juiz Federal Alexandre Rossato Da Silva Ávila

Apelante: União - Fazenda Nacional Apelados: Helena Dornelles Medeiros (Absolutamente Incapaz (Art. 3º, I CC), Alan Castoldi Medeiros (Pais), Maria Elisa Osorio Dornelles, Henrique Osorio Dornelles, Eduardo Osorio Dornelles, Maria Virginia Osorio Dornelles, Maria Cristina Dornelles Sampaio Peres. Rio Grande do Sul. Disponível em:

<https://eproc.trf4.jus.br/eproc2trf4/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=41524839248461441041157128916&evento=490&key=dfb8b44eacb3250b90f1834e79e37c98231f578ee6414a3bdba980eae69dd542&hash=24f16bd9686e22372f47bb7df25c1271>. Acesso em: 11 nov. 2018.

CASTRO, Brunna Rafaely Lotife. **A Evolução histórica do Direito do Trabalho no Mundo e no Brasil.** 2013. Disponível em:

<<https://brunnalotife.jusbrasil.com.br/artigos/111925458/a-evolucao-historica-do-direito-do-trabalho-no-mundo-e-no-brasil>>. Acesso em 03 set. 2018.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário.** 29. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

Censo Agropecuário, 2006, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. ISSN 0103-6157 Censo agropec. Rio de Janeiro, 2006, p.1-777.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para Trabalhos Acadêmicos.** 3 ed. Lajeado: Editora Univates, 2015. E-book. Disponível em:

<https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/110/pdf_110.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Col. Sinopses Jurídicas**, v. 16 - Direito Tributário, 19. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Tributário:** com anotações sobre Direito Financeiro, Direito Orçamentário e Lei de Responsabilidade Fiscal. 15.ed., 2. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIFINI, Luiz Felipe Silveira. **Manual de Direito Tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

E-AUDITORIA. **De quem é a obrigação pelo recolhimento do FUNRURAL?** Disponível em: <<http://www.e-auditoria.com.br/publicacoes/artigos/de-quem-e-obrigacao-pelo-recolhimento-do-funrural/>>. Acesso em: 17 set. 2018.

FUNRURAL. In: **JUSBRASIL**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26413298/funrural>>. Acesso em: 30 de ago. 2018.

GRANDO, Marinês Zandavali. **Um retrato da agricultura familiar**. Porto Alegre, 2011, Texto digital. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/teses/um-retrato-da-agricultura-familiar-gaucha/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

GRECCHI, Alice. **A polêmica do Funrural**. 2017. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/09/opiniaio/588318-a-polemica-do-funrural.html>. Acesso em 13 mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário, 2006/2017. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultadospreliminares/riograndedosul.html>>. Acesso em: 02 set. de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. **Cálculo da Guia da Previdência Social – GPS**. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps>> Acesso em: 29 set. 2018

LACERDA, Manaíra. **Entenda como o Funrural surgiu e a evolução da cobrança ao longo dos anos**. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/entenda-como-funrural-surgiu-evolucao-cobranca-longo-dos-anos-67279>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31. ed. Malheiros: São Paulo, 2010.

MASCHIETTO, Fabia; FARINELI, Alessandro Menezes. **Como recuperar o FUNRURAL: guia prático**. Mundo Jurídico: São Paulo, 2010.

MELLO, Camila Lorga Ferreira de. **Conceito de lançamento tributário e sua relação com as categorias norma, procedimento e ato**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7933>. Acesso em: 17 set. 2018.

MENDES, Puttini Pedro. **“Funrural” explicado e descomplicado em 2018**. Disponível em: <<https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/47804/%E2%80%9Cfunrural%E2%80%9D-explicado-e-descomplicado-em-2018.htm>>. Acesso em: 23 set. 2018.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. Coimbra: Coimbra Ed., 2001.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Rede Jornal Contábil. **De quem é a obrigação pelo recolhimento do FUNRURAL?** Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/de-quem-e-a-obrigacao-pelo-recolhimento-do-funrural/>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

SABBAG, Eduardo. **Código Tributário Nacional Comentado**. 1. ed. Método: São Paulo, 2017.

SANTIAGO, Marcus Firmino. **O que torna uma norma jurídica inconstitucional?** Um breve estudo diante da calamidade das leis por encomenda. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI263022,21048-O+que+torna+uma+norma+juridica+inconstitucional+Um+breve+estudo>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SANTOS, Mauricio Barbosa dos; MANOEL, Ronildo da Conceição; MORENO, Fabrício. **A inconstitucionalidade do Funrural e sua restituição na prática**. São Paulo: RCN, 2010.



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09